

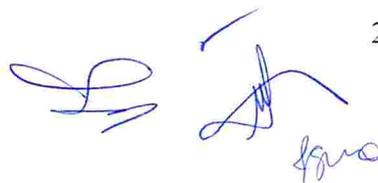


ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Em 28 de janeiro de dois mil e oito, às quatorze horas, na Escola Superior do Ministério Público da União, sob a presidência do Diretor-Geral Adjunto Doutor Eugênio José Guilherme de Aragão, reuniu-se o Conselho Administrativo: MPF – Doutor Odim Brandão Ferreira, MPT – Doutor Ricardo José Macedo de Britto Pereira, MPM – Doutora Adriana Lorandi e MPDFT – Doutora Maria de Lourdes Abreu. Presentes também os Coordenadores de Ensino: MPT – Doutor Iros Reichmann Losso e MPDFT - Doutora Maria Anaídes do Vale Siqueira Soub, a Procuradora do Trabalho Doutora Ana Cristina D. B. F Tostes Ribeiro e o Secretário de Ensino e Pesquisa Professor Volker Egon Bohne. Nessa ocasião, foi designada a servidora Jozeida Garrido Calembó Marra para secretariar os trabalhos. Iniciados os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: **1. Contratação de Pessoa Física - Recolhimento do ISS.** A Assessora Jurídica da ESMPU esclareceu aos Membros do Conselho Administrativo e aos Coordenadores de Ensino a forma de recolhimento de acordo com o Decreto 25.508, de 19.1.2005 (GDF). **2. Processo 0.01.000.000543/2007-74.** Ref.: Pedido de desligamento do Curso de Especialização em Gestão na Administração Pública apresentado pelo servidor Daniel de Lima Saldanha. **Parecer do Relator:** O pedido não tem como ser atendido. Em primeiro lugar, o interessado deixou de instruí-lo cabalmente com recibos e atestados que comprovem o estado nosológico dos familiares. Apenas colocou-se à disposição de fazê-lo *a posteriori*. Evidentemente não pode pretender que este Colegiado examine o pedido sem prova pré-constituída do alegado. Em segundo lugar, o edital é claro e a situação de saúde dos familiares já pré-existia. Quando se inscreveu, sabia o interessado das condições e dos riscos da participação no curso. O fato é que deixou de atender aos deveres discentes no prazo assinado para tanto, demonstrando desídia na sua condição de matriculado no curso de especialização. Por todo o exposto, opina-se pelo indeferimento do pleito. O Conselho Acompanhou o voto do relator. **3. Vinte anos da Constituição Federal e Dez anos da ESMPU.** O Conselho solicitou que os Coordenadores de Ensino ofereçam temas para estudos e publicação sobre o assunto. **4. Plano de Atividades. MPT:** Os projetos foram aprovados na ordem de prioridade a seguir. Para os projetos apresentados pelo MPT serão pagos apenas um coffee-break por dia de atividade, no valor máximo de R\$ 1.080,00 (hum mil e oitenta reais) por dia, enquanto vigente o atual contrato de fornecimento. **4.1. Pesquisa: Processo n. 2008.1.2.1.266. Proponente:** Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva **Coordenador:** Otávio Brito Lopes. **Título:** A Atuação do MPT Ante Suposto de Exploração de Trabalhadores Brasileiros no exterior: Portugal e Espanha. **4.2. Projetos Aprovados: MPT – Pesquisa: Processo n. 2008.1.2.1.404. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** A Tutela Coletiva Trabalhista no Direito Comparado. **4.3. Pesquisa: Processo n. 2008.1.2.1.220. Proponente:** Simone Beatriz Assis de Rezende. **Coordenadora:** Simone Beatriz Assis de Rezende. **Título:** Proteção dos Direitos Sociais dos Trabalhadores Indígenas e Não Indígenas Nas Usinas de Alcool e Açúcar do Estado de Mato Grosso do Sul. **4.4. Pesquisa: Processo n. 2008.1.2.1.406. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** A Ação Civil Pública nos Ramos do Ministério Público Brasileiro. **4.5. Seminário: Processo n. 2008.1.2.4.233. Proponente:**

Eleonora Bordini Coca. **Coordenadora:** Eleonora Bordini Coca. **Título:** Condições de Trabalho no Plantio e Corte de Cana. **Ementa:** Condições de Trabalho das pessoas que trabalham no plantio e corte de cana. Meio ambiente de trabalho. A saúde do empregado e o ritmo de trabalho. Experiência e estratégia de atuação do Ministério do Trabalho no estado de São Paulo. Salário por produção. Norma Regulamentar n. 31 e as condições de alojamento. O papel da terceirização e a responsabilidade do tomador final. **4.6. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.141. Proponente:** Adriana Augusta de Moura Souza. **Coordenadora:** Adriana Augusta de Moura Souza. **Título:** Normas Internacionais do Trabalho - Aplicação do Direito Internacional do Trabalho no Sistema Brasileiro. **Ementa:** 1) Sobre o Sistema ONU. Agências temáticas. A OIT. Criação. Tripartismo. Integração com as demais agências, como a OMC. 2) Normas da OIT. Elaboração; submissão ao Estado; Integração da convenção no arcabouço jurídico brasileiro; Ratificação e Denúncia; mecanismos e sistemas de controle da OIT; eficácia; casos brasileiros julgados pela Comissão de Peritos da OIT. 3) Conteúdo das Normas Internacionais da OIT. Convenções Fundamentais. Convenções Prioritárias. **4.7. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.291. Proponente:** Fábio Leal Cardoso. **Coordenador:** Fábio Leal Cardoso. **Título:** Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública. **Ementa:** Analisar a aplicação do art. 37, da Constituição Federal, nas relações de trabalho com a administração pública direta e indireta. A finalidade do evento é trabalhar o conceito de moralidade administrativa, conjugada com o princípio da eficiência do serviço público. Promover o debate sobre as medidas judiciais e administrativas cabíveis para exigir do administrador público a submissão a tais princípios, bem como os meios mais eficazes de reparação dos danos causados à coletividade pela atividade administrativa dissociada de tais princípios. **4.8. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.274. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenadora:** Maria Helena da Silva Guthier. **Título:** Princípios e Técnicas da Análise de uma Situação de Trabalho. **Ementa:** Ergonomia. Análise de procedimentos tendo como objeto situações de trabalho. Acidentes de trabalho e problemas músculo-esqueléticos. Identificação das condições físicas de trabalho, riscos para a saúde e segurança do trabalhador. Soluções para o problema. **4.9. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.225. Proponente:** Rodrigo de Lacerda Carelli. **Coordenador:** Rodrigo de Lacerda Carelli. **Título:** Estratégias de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho. **Ementa:** 1. Combate às cooperativas de mão-de-obra. Estratégias bem-sucedidas. 2. Combate ao falso estágio. Estratégias bem-sucedidas. 3. Combate às terceirizações ilícitas. Estratégias bem-sucedidas. 4. Combate às falsas pessoas jurídicas. Estratégias bem-sucedidas. **4.10. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.4.379. Proponente:** Sueli Teixeira Bessa. **Coordenadores:** Sueli Teixeira Bessa e Laurentino Barros Junior. **Título:** Assédio Moral e saúde mental no trabalho. **Ementa:** O assédio moral sob a ótica organizacional e repercussões na higidez mental e física do trabalhador; atuação do MPT no que se refere aos aspectos jurídicos do tema, à luz dos Direitos Humanos, notadamente tendo por norte o princípio da dignidade da pessoa humana. **4.11. Simpósio: Processo n. 2008.2.2.5.296. Proponente:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Coordenador:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Título:** Conscientização para Erradicação do Trabalho Infantil. **Ementa:** Políticas públicas de erradicação do trabalho infantil, as transformações sociais e o trabalho infantil na vida moderna e a atuação do Ministério Público na erradicação do trabalho infantil. **4.12. Seminário: Processo n. 2008.1.2.4.383 Proponente:** Raulino Maracajá Coutinho Filho. **Coordenador:** Raulino Maracajá Coutinho Filho. **Título:** Combate ao Trabalho Escravo: Reflexões sobre os Avanços Alcançados. **Ementa:** O Seminário deverá ser composto de 4 palestras com debates e atividades culturais



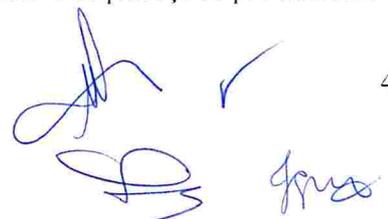
2

com base no tema Trabalho Escravo Contemporâneo em Mato Grosso, as palestras deverão versar sobre: reflexões acerca das ações do MPT e do Executivo no combate ao trabalho análogo a de escravo em MT, Avanços e conquistas dos trabalhadores resgatados, entre outros.

4.13. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.256. Proponente: Thereza Cristina Gosdal. **Coordenadora:** Thereza Cristina Gosdal. **Título:** Direitos Fundamentais e Dignidade Humana. **Ementa:** Direito Constitucional - Direitos Fundamentais; Direito do Trabalho - Dignidade humana e trabalho. **4.14. Seminário: Processo n. 2008.1.2.4.400 Proponente:** José Pedro dos Reis. **Coordenador:** José Pedro dos Reis. **Título:** Direito Coletivo do Trabalho. **Ementa:** A programação consistirá na realização de palestras e debates livres entre os participantes, com exposições áudio visual e de produções bibliográficas. **4.15. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.310. Proponente:** José Antonio Vieira de Freitas Filho. **Coordenadora:** Teresa Cristina D'Almeida Basteiro. **Título:** Justiça Social, Efetividade dos Direitos e o Papel do Ministério Público do Trabalho. **Ementa:** Justiça social, efetividade dos direitos sociais e o papel do MPT. **4.16. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.320. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** A Saúde e a Segurança dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil. **Ementa:** Indústria da Construção. Elevado número de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Necessidade de intervenção do MPT no setor. Subsídios técnicos para a defesa da saúde e segurança laboral dos trabalhadores da categoria. Curso para discussão de estratégias de combate ao problema. **4.17. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.286. Proponente:** Fábio Leal Cardoso. **Coordenador:** Fábio Leal Cardoso. **Título:** Combate às irregularidades trabalhistas na administração pública. **Ementa:** Universalização e democratização do acesso a cargos e a empregos públicos. Mecanismos para a preservação do princípio da Moralidade Administrativa nas relações de trabalho com entes públicos. Ações judiciais e medidas administrativas eficazes para a reparação dos danos à coletividade no desrespeito aos princípios do art. 37, da Constituição. **4.18. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.342. Proponente:** José Antônio Vieira de Freitas Filho. **Coordenadora:** Teresa Cristina D'Almeida Basteiro. **Título:** A mulher e o trabalho na sociedade brasileira no início do Séc. XXI. **Ementa:** Questões relacionadas à igualdade e não-discriminação serão obrigatoriamente discutidas, assim como a condição da mulher negra na sociedade atual, e, ainda, os direitos sociais essenciais à melhoria da condição da mulher, como p. ex., o direito à vida, à saúde e ao planejamento familiar, à educação, e a efetividade do princípio da dignidade afeto à mulher brasileira trabalhadora. **4.19. Congresso: Processo n. 2008.2.2.6.374. Proponente:** Ileana Neiva Mousinho. **Coordenadora:** Ileana Neiva Mousinho. **Título:** Saúde do Trabalhador e a Utilização de Agrotóxicos. **Ementa:** 1. Responsabilidade civil objetiva em atividades de risco 1.2. Inversão do ônus da prova do acidente de trabalho 1.3. Nexo técnico epidemiológico 2. Segurança na utilização de agrotóxicos 2.2. Sintomas mais frequentes de contaminação; 2.3. Medidas profiláticas; 2.4. Ação no organismo adulto e infantil; 2.5. A lesão ao mat nas pulverizações aéreas e 2.6. A lesão nas pulverizações sobre a folha e frutos. 3. DRT: fiscalização do meio ambiente do trabalho irregularidades mais frequentes 4. Responsabilidade criminal do empregador quanto aos acidentes de trabalho 4.2. Programa de prevenção de riscos ambientais - PPRA nos agronegócios que utilizam agrotóxicos 4.3. Programa de controle médico dos trabalhadores que manuseiam agrotóxicos. 4.4. Defensivos agrícolas naturais; 4.5. preparo e aplicação de defensivos agrícolas naturais; 4.6. Estudo de casos. 5. Os efeitos do agrotóxico no organismo humano e no meio ambiente do trabalho 5.2. Treinamento; 5.3. Equipamentos de segurança; 5.4. Importância do PPRA adequado; 5.5. Controle de contaminações através do PCMSO 6. Alternativas para evitar o uso de pesticidas

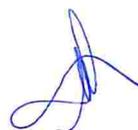
 3

6.2. conceito e classificação doutrinária; 6.3. Comentários ao art. 132 do código penal; 6.4. responsabilidade dos profissionais do SESMT e que elaboraram o PPRA e o PCMSO. 7. Manuseio correto dos agrotóxicos e aspectos legais do transporte e comercialização do produto até o descarte das embalagens • LEI Nº 7.802, DE 11/07/1989 • Decreto Federal Nº 4.074, DE 04/01/02 • O armazenamento. 8. A tríplice lavagem e o recarregamento das bombonas de agrotóxicos. 8.2. A pulverização aérea e o regime de ventos. **4.20. Congresso: Processo n. 2008.2.2.6.117. Proponente:** Margaret Matos de Carvalho. **Coordenador:** João Agostinho de Oliveira Filho **Título:** Trabalho Infantil: uma grave violação dos Direitos Humanos. **Ementa:** Conceito de Exploração da Mão-de-Obra de Crianças e Adolescentes - Trabalho Infantil como Violação de Direitos Humanos e suas repercussões (sociais, psíquicas e físicas) - Estratégias de Enfrentamento (políticas públicas e controle social) - Aspectos Legais (idade mínima, proteção do trabalho do adolescente). **4.21. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.5.229 Proponente:** Ana Cristina D B F Tostes Ribeiro. **Coordenadora:** Ana Cristina D B F Tostes Ribeiro **Título:** Técnicas de Interrogatório e Mediação. **Ementa:** Interrogatório. Técnicas. Influências. Aspectos psicológicos. Mediação. Modelos. Etapas. Indicadores psicológicos e comportamentais. **4.22. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.276. Proponente:** Elaine Noronha Nassif. **Coordenadora:** Elaine Noronha Nassif **Título:** O papel da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho na efetivação dos Direitos Humanos. **Ementa:** Processo eletrônico, comissões de conciliação prévias, processo coletivo como novo ramo do direito processual, Novas regulamentações de direito material pelo ministério do trabalho: interpretação. **4.23. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.279. Proponente:** Eleonora Bordini Coca. **Coordenadora:** Eleonora Bordini Coca. **Título:** Auto de infração e suas responsabilidades civis e administrativas. **Ementa:** Terceirização trabalhista e responsabilidade do tomador de serviços. Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego. O papel das instituições na defesa do Direito do Trabalho. O auto de infração e suas repercussões administrativas e processuais. A terceirização e a responsabilidade dos tomadores. A contratação pela administração pública direta e indireta e a jurisprudência trabalhista. **4.24. Congresso: Processo n. 2008.2.2.6.202. Proponente:** Marcello Ribeiro Silva **Coordenador:** Marcello Ribeiro Silva. **Título:** Direitos da Personalidade e Acidente de Trabalho. **Ementa:** Direito do Trabalho. Direitos da Personalidade. Relação de Emprego. Execução Trabalhista. Ações Indenizatórias por Acidentes de Trabalho ou doenças Ocupacionais. Atualização na legislação previdenciária e trabalhista. Responsabilidade civil e trabalhista do empregador. Cumprimento das obrigações legais. **4.25. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.245. Proponente:** Renée Araújo Machado. **Coordenador(a):** Renée Araújo Machado. **Título:** A Ergonomia no Processo de Saúde no Trabalho **Ementa:** Ergonomia - conceito Principais doenças ligadas à falta de ergonomia do ambiente de trabalho LER/DORT - conceito, principais causas, como evitar. **4.26. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.235. Proponente:** Márcia Medeiros de Farias. **Coordenadora:** Márcia Medeiros de Farias **Título:** A Concretização dos Direitos Trabalhistas Transindividuais. **Ementa:** 1. A atuação de Procuradores e Juízes do Trabalho. 2. Ordenamento jurídico brasileiro. 3. A fiscalização dos direitos trabalhistas. 4. O A concretização dos direitos do trabalhador. **4.27. Congresso: Processo n. 2008.2.2.6.241. Proponente:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Coordenador:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Título:** Instrumentos de aperfeiçoamento da Jurisdição Social. **Ementa:** Congresso com conferências, painéis, debates e comissões temáticas mistas de Juízes e Procuradores do Trabalho da Região Sul. Painel: combate à ilicitude e delinquência trabalhista - Painel: fraudes nas relações de trabalho e implicações processuais -



4

Conferência: ressarcimento do dano no ilícito trabalhista - Painel: eficiência do serviço público e as relações de trabalho - Conferência: formas atuais de tutela e proteção dos hipossuficientes na relação de trabalho - Painel: a legislação de segurança, medicina, saúde e higiene do trabalho e seu cumprimento - Painel: terceirizações e suas implicações jurídicas - Conferência: o futuro do processo do trabalho. **4.28. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.397. Proponente:** Maurício Pessoa Lima. **Coordenador:** Maurício Pessoa Lima. **Título:** Reforma da Execução no Processo Civil Aplicada ao Processo do Trabalho Estudo da Lei 11232/2004. **Ementa:** Reflexos da reforma do processo civil no processo do trabalho, com ênfase na execução trabalhista. Princípios processuais aplicáveis. Procedimentos compatíveis com a execução trabalhista. Aspectos relacionados à atuação do MPT nas execuções de títulos judiciais e de termos de compromisso de ajustamento de conduta. **4.29. Simpósio: Processo nº 2008.2.2.5.302. Proponente:** Mariana Brasil Pedral Sampaio. **Coordenadora:** Adélia Maria Marelin. **Título:** Orlando Gomes, um século de direito do trabalho. **Ementa:** Palestras informativas sobre o Mestre Orlando Gomes e sua contribuição inestimável ao Direito do Trabalho. **4.30. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.228. Proponente:** Simone Beatriz Assis de Rezende **Coordenadora:** Simone Beatriz Assis de Rezende. **Título:** Direito do Trabalho, Processual do Trabalho e Previdenciário no Estado de Mato Grosso do Sul. **Ementa:** A Legitimação do Sindicato como Substituto Processual na Justiça do Trabalho e Coletivização do Processo Comum; A Discriminação nas Relações do Trabalho; Acidentes do Trabalho nas Terceirizações Precarizadoras; Nexo Técnico Epidemiológico; Reforma do CPC e Seus Reflexos no Processo do Trabalho; Perspectiva da Reforma Trabalhista e Reflexos no Trabalho; A Super Receita e a Competência para Execução das Contribuições Previdenciárias. **4.31. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.293. Proponente:** Fábio Leal Cardoso **Coordenador:** Fábio Leal Cardoso. **Título:** Combate às irregularidades na administração pública. **Ementa:** Universalização e democratização do acesso a cargos e a empregos públicos. Mecanismos para a preservação do princípio da Moralidade Administrativa nas relações de trabalho com entes públicos. Ações judiciais e medidas administrativas eficazes para a reparação dos danos à coletividade no desrespeito aos princípios do art. 37, da Constituição. **4.32. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.308. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** Prejuízos à Saúde dos Trabalhadores na Atividade de Beneficiamento de Pedras Ornamentais. **Ementa:** Empresas de beneficiamento de mármore e granitos. Riscos Ocupacionais relacionados à atividade, em especial poeira com sílica. Prejuízos à saúde dos trabalhadores. Aprofundamento do conhecimento técnico a respeito do assunto, para melhor subsidiar a atuação do Ministério Público do Trabalho. **4.33. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.309. Proponente:** Ana Cristina D B F Tostes Ribeiro. **Coordenadora:** Ana Cristina D B F Tostes Ribeiro. **Título:** Tutela Coletiva dos Direitos Trabalhistas. **Ementa:** Formas de tutela coletiva dos direitos trabalhistas. Mediação. Ação civil pública. Ação Civil Coletiva. Ação Anulatória. **4.34. Seminário: Processo n. 2008.1.2.4.278. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** O Chumbo e o Meio Ambiente do Trabalho. **Ementa:** Empresas que processam chumbo. Contaminação do meio ambiente do trabalho e do meio ambiente em geral. Prejuízos à saúde dos trabalhadores e da comunidade contígua. Aprofundamento do conhecimento técnico a respeito do assunto, para melhor subsidiar a atuação do Ministério Público do Trabalho. Seminário Nacional para discussão de estratégias de combate ao problema. **4.35. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.384. Proponente:** Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva. **Coordenadora:** Maria Auxiliadora de Souza e Sá. **Título:** Defesa do meio ambiente do trabalho: responsabilidade do

  5
 

estado e do empresário. **Ementa:** Conceito de meio ambiente do trabalho dentro de uma visão holística; Responsabilidade como órgão fiscalizador das atividades econômicas com repercussões nas condições de trabalho; Dever do empresário em implementar ações para um meio ambiente do trabalho saudável e decente; Ação regressiva em face do empresário, diante dos danos causados à saúde e ao meio ambiente; Criação e articulação de instrumentos e ações para a efetivação do direito constitucional básico do trabalhador a um meio ambiente saudável e decente. **4.36. Seminário: Processo n. 2008.1.2.5.257. Proponente:** Márcia Medeiros de Farias. **Coordenadora:** Márcia Medeiros de Farias. **Título:** Segurança e Saúde do Trabalho em Serviços de Saúde (Hospitais) – NR32. **Ementa:** 1. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. 2. NR-32.1. **4.37. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.142. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso **Título:** O Mercúrio e o Meio Ambiente do Trabalho. **Ementa:** Empresas que trabalham com mercúrio. Fabricação e reciclagem de lâmpadas fluorescentes. Contaminação do meio ambiente do trabalho e do meio ambiente em geral. Prejuízos à saúde dos trabalhadores e da comunidade contígua. Aprofundamento do conhecimento técnico a respeito do assunto, para melhor subsidiar a atuação do Ministério Público do Trabalho. Comissão da CODEMAT - Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e a atuação do MPT em face da matéria. Curso de Aperfeiçoamento para discussão de estratégias de combate ao problema. **4.38. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.277. Proponente:** Fábio Leal Cardoso. **Coordenador:** Fábio Leal Cardoso. **Título:** Combate às irregularidades trabalhistas na Administração Pública. **Ementa:** Universalização e democratização do acesso a cargos e a empregos públicos. Mecanismos para a preservação do princípio da Moralidade Administrativa nas relações de trabalho com entes públicos. Ações judiciais e medidas administrativas eficazes para a reparação dos danos à coletividade no desrespeito aos princípios do art. 37, da Constituição. **4.39. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.391. Proponentes:** Sueli Teixeira Bessa e Laurentino Barros Junior. **Coordenadores:** Sueli Teixeira Bessa e Laurentino Barros Junior. **Título:** Dignidade humana e promoção da igualdade de oportunidade no trabalho. **Ementa:** Condutas discriminatórias em razão de gênero, raça, cor, sexo, idade, exercício do direito de acesso à Justiça, às pessoas com deficiência e portadoras do vírus HIV e outras formas. **4.40. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.370. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** A Alteração da Incapacidade Acidentária quando Estabelecido o Nexo Epidemiológico. **Ementa:** Nexo Técnico Epidemiológico. Incapacidade Acidentária. Alterações Legislativas. Discussão para subsidiar a atuação do MPT. Curso de Aperfeiçoamento. **4.41. Congresso: Processo nº 2008.1.2.4.401. Proponente:** Gabriela Tavares Miranda. **Coordenadora:** Gabriela Tavares Miranda. **Título:** MPT nas escolas. **Ementa:** A Programação consistirá na apresentação de peça teatral com abordagem do tema do projeto, visando maior conscientização de jovens e adultos acerca da questão do trabalho infantil e de suas piores formas de exploração. **4.42. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.289. Proponente:** Fábio Leal Cardoso. **Coordenador:** Fábio Leal Cardoso. **Título:** Combate às irregularidades trabalhistas na administração pública. **Ementa:** Universalização e democratização do acesso a cargos e a empregos públicos. Mecanismos para a preservação do princípio da Moralidade Administrativa nas relações de trabalho com entes públicos. Ações judiciais e medidas administrativas eficazes para a reparação dos danos à coletividade no desrespeito aos princípios do art. 37, da Constituição. **4.43. Congresso: Processo nº 2008.1.2.6.382. Proponente:** Patrícia de Mello Sanfelice. **Coordenadora:** Patrícia de Mello Sanfelice. **Título:** Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal: funções e

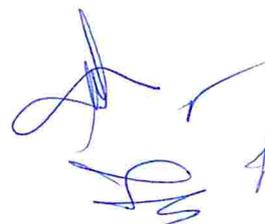


6

metas institucionais. **Ementa:** Ministério Público do Trabalho – funções e metas institucionais – Ministério Público Federal – Funções e metas institucionais – Ministério Público estadual – Funções e metas institucionais. **4.44. Aprovados: MPT – Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.312. Proponente:** Thereza Cristina Gosdal **Coordenadora:** Thereza Cristina Gosdal **Título:** Assédio Moral no Trabalho **Ementa:** Assédio moral. Meio ambiente de trabalho. Direitos Fundamentais do Trabalhador. Direito do trabalho. **4.45. Seminário: Processo n. 2008.1.2.4.403 Proponente:** Rogério Sitônio Wanderley. **Coordenador:** Rogério Sitônio Wanderley. **Título:** Meio Ambiente de Trabalho na Construção Civil. **Ementa:** A programação consistirá na realização de palestras sobre o tema com debate e distribuição de material didático de cunho educativo informativo. **4.46. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.376 Proponente:** Sueli Teixeira Bessa. **Coordenadora:** Sueli Teixeira Bessa e Laurentino Barros Junior. **Título:** O sindicato que queremos. **Ementa:** Irregularidades no âmbito da entidade; desrespeito ao direito de liberdade sindical e atuação do MPT; legitimidade concorrente para propositura de Ações coletivas; obrigações da entidade para com os trabalhadores (assist. judiciária, assist. na "rescisão", etc). **4.47. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.2.3.332. Proponente:** Marcello Ribeiro Silva. **Coordenador:** Marcello Ribeiro Silva. **Título:** As Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego. **Ementa:** Normas Regulamentadoras. Legislação. Conceito. Saúde e Segurança do Trabalhador. Doenças ocupacionais. Acidentes do Trabalho. **4.48. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.221. Proponente:** Márcia Medeiros de Farias. **Coordenadora:** Márcia Medeiros de Farias. **Título:** A evolução dos Direitos Humanos e a atuação do MPT. **Ementa:** A evolução dos direitos humanos. Direitos dos Trabalhadores. Legislação aplicável. Instituições de defesa dos direitos humanos dos trabalhadores. **4.49. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.346. Proponente:** José Antônio Vieira de Freitas Filho. **Coordenadora:** Teresa Cristina D' Almeida Basteiro. **Título:** Direitos Sociais do Trabalho - Visões das Instituições Atuantes. **Ementa:**- Direito do Trabalho e Direito Constitucional: discriminação no trabalho, meio ambiente do trabalho, direito ao trabalho enquanto direito social constitucional, trabalho portuário, trabalho infantil e do adolescente, aprendizagem, fraudes nas relações de emprego. - Direito Processual do Trabalho: nulidades, prescrição e decadência, Emenda Constitucional relacionada à alteração da competência da Justiça do Trabalho. **4.50. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.290. Proponente:** Elaine Noronha Nassif. **Coordenadora:** Elaine Noronha Nassif. **Título:** Exames Médicos realizados no trabalhador: a perspectiva dos exames antidopping. **Ementa:** Exames de rotina; o que podem e não podem detectar; tecnologias atualmente em uso; tipos de perícias que podem ser realizados nos laboratórios de exame para verificar qual tecnologia foi ou está sendo utilizada e quais tipos de informações podem ser obtidos de cada exame, dentre outros conteúdos análogos. **4.51. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.2.3.318. Proponente:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Coordenador:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Título:** Procedimentos no Ministério Público **Ementa:** Curso com palestras-aula e debates. Aula: Espécies de Procedimentos Ministeriais - Aula: As Resoluções 13 e 23/2007 do CNMP e os Procedimentos do Ministério Público - Aula: Prática procedimental do Ministério Público. **4.52. Congresso: Processo n. 2008.2.2.6.215. Proponente:** Marcello Ribeiro Silva. **Coordenador:** Marcello Ribeiro Silva. **Título:** Atribuições e Competências do MPT/MTE e suas implicações e para funcionamento desses órgãos. **Ementa:** Atribuições e competências do MPT/MTE. As diferentes atribuições e suas implicações para o funcionamento destes órgãos. Aprendizagem e inovação. O fator humano. Meio ambiente de trabalho. A qualidade de vida do trabalhador. Informação e conhecimento no contexto organizacional.


7

Aprendizagem e estrutura organizacional. Barreiras organizacionais para a integração, uso do conhecimento e o cumprimento das atribuições. Compartilhando e difundido conhecimento. Emenda Constitucional nº 45/2004: ampliou a atuação das entidades sindicais. **4.53. Seminário: Processo n. 2008.1.2.4.361. Proponente:** Carolina Pereira Mercante. **Coordenadora:** Carolina Pereira Mercante. **Título:** A Probidade Administrativa e a Defesa de Direitos Fundamentais Trabalhistas. **Ementa:** O evento compreende a realização de pelo menos quatro palestras sobre a probidade administrativa em relação as responsabilidades trabalhistas, a defesa dos direitos fundamentais e a responsabilidade do gestor público, entre outros. **4.54. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.385. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** A Indústria da Construção Civil e a Saúde e Segurança dos Trabalhadores. **Ementa:** Indústria da Construção. Elevado número de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Necessidade de intervenção do MPT no setor. Meta da CODEMAT para 2008. Subsídios técnicos para a defesa da saúde e segurança laboral dos trabalhadores da categoria. Curso para continuidade discussão de estratégias de combate ao problema. **4.55. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.390. Proponente:** Márcia Medeiros de Farias. **Coordenadora:** Márcia Medeiros de Farias. **Título:** Meio Ambiente do Trabalho e Atuação do Ministério Público. **Ementa:** 1. Direitos dos Trabalhadores. 2. Meio Ambiente do Trabalho. **4.56. Simpósio: Processo n. 2008.2.2.5.292. Proponente:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Coordenador:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Título:** Relações Sindicais. **Ementa:** Seminário com palestras, painéis e debates. Conferência: il diritto sindacale in Itália - Conferência: condutas anti-sindicais - Painel: a EC 45/04 e as atribuições do MPT na área sindical - Painel: ação civil pública nas questões sindicais - Painel: greve e suas implicações jurídicas **4.57. Congresso: Processo n. 2008.2.2.6.236. Proponente:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Coordenador:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Título:** As novas competências da justiça do trabalho e os mecanismos de efetivação dos direitos sociais. **Ementa:** Congresso com conferências, painéis, debates e comissões temáticas mistas de Juízes e Procuradores do Trabalho. Painel: acidentes do trabalho e sua prevenção - Conferência: reformas do CPC e seu impacto no processo do trabalho - Painel: moralidade pública nas relações de trabalho - Painel: discriminação, assédio moral, assédio sexual e ilícitos contra o trabalhador - Painel: novas competências da Justiça do Trabalho - Conferência: mecanismos para efetividade dos direitos sociais - Conferência: o exercício do poder de polícia do Estado nas relações de trabalho - Conferência: perspectivas de combate ao trabalho escravo. **4.58. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.343. Proponente:** José Antônio Vieira de Freitas Filho **Coordenadora:** Teresa Cristina D' Almeida Basteiro. **Título:** A saúde mental do trabalhador. **Ementa:** Sociologia do trabalho: sociedades pós-industriais; pós-modernidade, modernidade tardia e mercado; efeitos no trabalhador: exigências de polivalência, qualificação, multifuncionalidade; saúde do trabalhador: stress, depressão, outras doenças profissionais; estratégias de atuação pelo Estado e pelo MPT. - Assédio moral; assédio sexual. - Serviço público: observância do princípio da eficiência em contraposição às condições de trabalho; conseqüências. **4.59. Congresso: Processo n. 2008.2.2.4.216. Proponente:** Janilda Guimarães de Lima Collo. **Coordenadora:** Janilda Guimarães de Lima Collo. **Título:** Discriminação nas Relações de Trabalho. **Ementa:** Discriminação. Relações de Emprego. Mecanismos anti-discriminatórios nas Relações de Trabalho. Princípio constitucional da Igualdade. Justiça Social. **4.60. Seminário: Processo nº 2008.1.2.4.402. Proponente:** Lorena Pessoa Bravo. **Coordenadora:** Lorena Pessoa Bravo. **Título:** Fraudes trabalhistas no terceiro setor. **Ementa:** A programação consistirá de palestras com debates livres entre os participantes, de maneira a conhecer melhoras nas modalidades de

 8


fraudes no âmbito do terceiro setor. **4.61. Simpósio: Processo n. 2008.1.2.5.243. Proponente:** Márcia Medeiros de Farias. **Coordenadora:** Márcia Medeiros de Farias. **Título:** O Ministério Público do Trabalho e a Sociedade - As Metas Institucionais de Atuação em Defesa dos Trabalhadores. **Ementa:** 1. Metas de atuação prioritárias do Ministério Público do Trabalho. 2. Demandas dos trabalhadores próprias de cada região do Rio Grande do Sul. **4.62. Congresso: Processo n. 2008.1.2.6.271. Proponente:** Elaine Noronha Nassif. **Coordenadora:** Elaine Noronha Nassif. **Título:** Codificação do direito processual coletivo brasileiro. **Ementa:** Críticas formuladas pelos ramos do MP ao Projeto de Código de Processo Coletivo; principais problemas vislumbrados quanto à técnica processual e quanto às repercussões para a atuação de cada um dos ramos do parquet caso aprovado o projeto. Eventuais proposições de alteração do projeto podem ser elaboradas no Congresso. **4.63. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.2.3.334. Proponente:** MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO **Coordenador:** Marcelo José Ferlin D'Ambroso. **Título:** Atuação dos Conselhos Nacionais da Magistratura e do Ministério Público. **Ementa:** Entendimento do funcionamento dos novos órgãos de controle da Magistratura e do Ministério Público e aspectos polêmicos da Atuação dos Conselhos: Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional da Justiça. **4.64. Seminário: 2008.1.2.4.366. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** A Saúde Mental no Trabalho. **Ementa:** Saúde Mental no Trabalho. Ambientes de trabalho insalubres e opressivos. Estratégias para eliminar o surgimento de distúrbios mentais laborais. **4.65. Curso de Aperfeiçoamento. Processo nº 2008.1.2.3.363. Proponente:** Iros Reichmann. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** Ergonomia - adequação do mobiliário e organização do trabalho. **Ementa:** Ergonomia. Meio ambiente do trabalho. Adequação do mobiliário e organização do trabalho. Capacitação de membros e analistas periciais do ministério Público do trabalho. Curso de aperfeiçoamento. **4.66. Seminário: 2008.1.2.4.369. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** O Assédio Moral e o Meio Ambiente do Trabalho. **Ementa:** Assédio Moral. Meio Ambiente do Trabalho. Surgimento de Doenças Ocupacionais e ocorrência de Acidentes de Trabalho. Análise e Caracterização. Atuação do MPT na defesa da saúde e segurança dos trabalhadores. **4.67. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.2.3.362. Proponente:** Iros Reichmann Losso. **Coordenador:** Iros Reichmann Losso. **Título:** Avaliação dos Agentes Químicos e Físicos nos Ambientes de Trabalho. **Ementa:** Agentes químicos e físicos. Meio ambiente do trabalho. Efeitos nocivos ao ser humano e ao trabalhador. Avaliação e eliminação dos riscos. Capacitação de Membros e Analistas Periciais do MPT. Curso de Aperfeiçoamento. **5. Plano de Atividades. MPM:** Os projetos foram aprovados na ordem de prioridade a seguir. **5.1. Projetos Aprovados: MPM – Congresso: Processo n. 2008.1.4.6.84 Proponente:** Soel Arpini **Coordenador:** Jorge Cesar de Assis **Título:** Uma Reflexão sobre a Justiça Militar no Ano do seu Bicentenário. **Ementa:** O papel das Forças Armadas no mundo globalizado - Bases para uma atuação efetiva do Ministério Público Militar nas questões ligadas aos conflitos armados e operações de paz fora do Brasil - Estudo da viabilização da ação civil pública, incluindo a ação de improbidade administrativa, na Justiça Militar - Necessidade de reestruturação da Justiça Militar da União e do Ministério Público Militar diante da perspectiva de aprovação da PEC 358/2005 - Aplicabilidade no Direito Penal Militar dos institutos despenalizadores existentes no Direito Penal comum - A produção da prova na fase inquisitorial do processo penal militar - Limites e alcance da competência do CNMP e natureza jurídica das suas decisões. Parecer: Trata-se de Projeto de Congresso de âmbito nacional a ser realizado na cidade de Santa Maria – RS, sede de Procuradoria da Justiça



9

Militar por iniciativa de membro da instituição. Embora se trate de um Projeto de Congresso e não de Curso, a iniciativa é de grande importância para o Ministério Público Militar, na medida em que, devido às características peculiares da instituição, este tipo de evento tem se revelado uma oportunidade ímpar para que os seus integrantes, dispersos por todo o território nacional, possam discutir pessoalmente os principais problemas que envolvem a sua atuação diante da Justiça Militar Federal. A Coordenação de Ensino considera este Projeto como o segundo em ordem de importância dentre os apresentados. Recife, 07 de dezembro de 2007 Ricardo de Brito A P. Freitas - Coordenador de Ensino/MPM.

5.2. Projetos Aprovados:

MPM – Pesquisa: Processo n. 2008.1.4.1.327 Proponente: João Rodrigues Arruda **Coordenador:** João Rodrigues Arruda **Título:** Anteprojeto de código disciplinar das forças armadas. Aprovado nos termos do parecer do Coordenador de Ensino.

6. Plano de Atividades. MPF: Os projetos foram aprovados na ordem de prioridade a seguir.

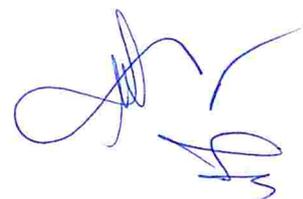
6.1. Congresso: Processo n. 2008.2.1.6.40. Proponente: Daniel de Resende Salgado. **Coordenador:** Daniel de Resende Salgado. **Título:** Perspectivas Relegitimadoras do Sistema Penal. **Ementa:** Discussão de conceitos processuais e penais aplicáveis em defesa da sociedade no combate aos delitos de vultosa lesividade difusa.

6.2. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.1.3.238. Proponente: João Akira Omoto. **Coordenadores:** João Akira Omoto e Jaqueline Ana Buffon. **Título:** Licenciamento Ambiental de Grandes Enfrentamentos. **Ementa:** Etapas do Licenciamento Ambiental. Análise de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental sob os seguintes aspectos: atendimento ao Termo de Referência; caracterização e objetivos do empreendimento; estudos de alternativas tecnológicas e locacionais; Área de influência; diagnóstico ambiental (meios físico, biótico e antrópico); identificação, caracterização e análise de impactos; mitigação e compensação de impactos; programas de acompanhamento e monitoramento ambiental. **Observação:** Aprovado, desde que o curso seja adaptado a modelo capaz de também ser repetido na modalidade a distância com a produção de manual de atuação a ser distribuído a todos os colegas da carreira.

6.3. Simpósio: Processo n. 2008.2.1.5.353. Proponente: Deborah Duprat. **Coordenadora:** Deborah Duprat. **Título:** Perícia e Pesquisa Antropológica em Debate. **Ementa:** O trabalho do antropólogo como atividade científica - O trabalho do antropólogo como atividade pericial - Diálogos entre a Antropologia e o Direito na defesa dos direitos sócio-culturais.

6.4. Simpósio: Processo n. 2008.2.1.5.354. Proponente: Deborah Duprat. **Coordenadora:** Deborah Duprat. **Título:** Antropologia, Direito e Povos Indígenas: Interseções do Ofício Antropológico no Brasil. **Ementa:** A pesquisa e a perícia antropológica: Fronteiras práticas - A pesquisa e a perícia antropológica como aportes para a garantia de direitos indígenas - Antropologia, Direito e Conflitos Inter étnicos.

6.5. Simpósio: Processo n. 2008.1.1.5.261. Proponente: Andre de Carvalho Ramos. **Coordenador:** Andre de Carvalho Ramos. **Título:** 60 anos da declaração universal dos direitos humanos: a busca da efetividade e seus impactos no sistema de justiça. **Ementa:** O presente simpósio abordará, tendo como motivação o 60.o aniversário da edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o delineamento geral do sistema universal e regional de direitos humanos e o Brasil, do qual a Declaração é verdadeiro epicentro. Além disso, será discutida a relação do Direito Internacional dos Direitos Humanos e sua relação com o Direito brasileiro. Como a Declaração possui extenso rol de direitos civis e políticos, o simpósio contará com discussão sobre sua efetividade no Brasil do século XXI. Também será discutida a efetividade dos direitos econômicos, sociais e culturais. Por fim, discutiremos, em homenagem à necessidade de implementação dos direitos previstos na Declaração, a execução interna das deliberações internacionais de direitos humanos e os novos tratados internacionais



10



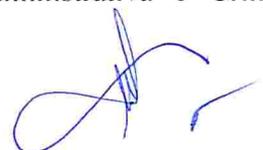
de direitos humanos que podem ser ratificação pelo Brasil. **Observação:** Consultar sobre a possibilidade de tratar do tema do dever de proteção aos direitos fundamentais. **6.6.**

Pesquisa : **Processo n. 2008.2.1.1.297. Proponente:** Deborah Duprat. **Coordenadora:** Deborah Duprat. **Título:** Processos de Criminalização Indígena em Roraima/Brasil **6.7. Congresso: Processo n. 2008.2.1.6.226. Proponente:** Maria Soares Camelo Cordiol I (Grupo de Trabalho Sobre Transgênicos da 3ª. E 4ª. Câmaras de Coordenação e revisão do MPF). **Coordenadora:** Maria Soares Camelo Cordioli. **Título:** Desafios da Política Nacional de Biossegurança. **Ementa:** Direito ambiental, biossegurança, organismos geneticamente modificados. **6.8. Oficina: Processo n. 2008.1.1.7.367. Proponente:** Analúcia de Andrade Hartmann. **Coordenadora:** Analúcia de Andrade Hartmann. **Título:** Ordenamento Urbano - bases para atuação ministerial. **Ementa:** Meio Ambiente. Patrimônio Natural. Ordenamento Urbano. Legislação e Comentários. **Observação:** o trabalho final deverá ser manual. **6.9. Pesquisa :** **Processo n. 2008.1.1.1.317. Proponente:** Alexandre Amaral Gavronski. **Coordenadores:** Alexandre Amaral Gavronski e Geisa de Assis Rodrigues. **Título:** A recomendação como meio de atuação resolutiva do ministério público: cabimento, requisitos e potencialidades. **6.10.**

Oficina: Processo n.2008.2.1.5.351. Proponente: Luciano Mariz Maia. **Coordenador:** Luciano Mariz Maia. **Título:** Simpósio da 5ª Região. **Ementa:** 1- improbidade administrativa; 2- a eficácia do processo coletivo - atuação eficaz em processos que envolvem matérias indígena e ambiental; 3- ações penais - desvios de recursos públicos e ações de fiscalização e controle; 4- ação estratégica e coordenada dos núcleos de tutela coletiva e criminal. **6.11.Simpósio: Processo n. 2008.1.1.4.135. Proponente:** Edmundo Antonio Dias Netto Junior. **Coordenadores:** Proc da República José Jairo Gomes e Proc da República Carlos Alexandre Ribeiro de Souza Menezes. **Título:** A Realização de Júris no âmbito da Justiça Federal. **Ementa:** O Júri e os direitos humanos. Júri Federal. A realização de um júri. A escolha dos jurados sob a ótica do Ministério Público. Fazendo perguntas aos réus e às testemunhas. Dispensar testemunhas para utilizar depoimentos já colhidos na instrução do feito ou correr o risco de ouvi-las novamente, com eventual alteração de versões? Sustentação oral. Como lidar com as provocações da Defesa. O pedido de condenação e o pedido de absolvição. Réplica e tréplica. Técnicas de relacionamento com os jurados nas sustentações orais e durante os intervalos das sessões. A incomunicabilidade dos jurados. Quesitação. A sala secreta. Recursos. O júri sob o ponto-de-vista do Juiz de Direito e do Juiz Federal; a presidência da sessão do Júri (a serem abordados por um Juiz de Direito e por um Juiz Federal). **Observação:** Aprovado com a ressalva de se condensar os conhecimentos produzidos num pequeno inscrito ou em registro do Simpósio. **6.12.**

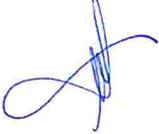
Simpósio: Processo n. 2008.2.1.5.145. Proponente: Ana Paula Ricardo Montenegro. **Coordenador :** Paulo Roberto Olegário de Sousa. **Título:** Crime Organizado no Brasil. **Ementa:** O Crime Organizado: definição, estrutura das organizações criminosas e tipificação legal; Vestígios do Crime Organizado: fraudes e lavagem de dinheiro; A rede mundial de computadores e os crimes cibernéticos; O Crime Organizado no Brasil: a inteligência no âmbito do Ministério Público no combate ao crime organizado; O crime organizado e as propostas para atuação do Ministério Público. **6.13. Seminário: Processo n. 2008.2.1.4.333. Proponente:** Arivaldo Fernandes de Araújo. **Coordenador:** Arivaldo Fernandes de Araújo. **Título:** Ministério Público Eleitoral e Justiça Eleitoral. **Ementa:** Eleições 2008. Ministério Público Eleitoral e Justiça Eleitoral. Propaganda eleitoral. Ilícitos Eleitorais. Mini reforma eleitoral. **6.14.**

Simpósio: Processo n. 2008.2.1.5.224. Proponente: Sandra Cureau **Coordenadora:** Sandra Cureau. **Título:** Dano Ambiental: Responsabilidade Civil, Administrativa e Criminal.




Ementa: Responsabilidade Cível, Administrativa e Criminal por danos ambientais. Conceituação. Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável. Indicadores Ambientais. Quantificação e Valoração de Dano Ambiental. **Observação:** Aprovado desde que os resultados constem de escrito a ser divulgado entre todos os colegas. **6.15. Congresso: Processo n. 2008.1.1.5.204 Proponente:** Marcelo Moscoliato. **Coordenador:** Marcelo Moscoliato. **Título:** Justiça, Direito e Economia. **Ementa:** Direito, Justiça e Economia: diferenças de linguagem. Eficiência econômica e eficiência jurisdicional. Efeitos. Eficácia. Problemas e soluções. **6.16. Oficina: Processo n. 2008.1.1.7.213. Proponente:** Marcelo Moscoliato **Coordenador:** Marcelo Moscoliato. **Título:** Direito Concorrencial - ferramentas para atuação. **Ementa:** Legislação - Constituição Federal - Lei 8.884/1994 (O CADE e o SBDC) - Lei 8.137/1990 - Lei 8.176/1991 - Lei 9.279/1996 Conceitos - Monopólio - Oligopólio - Monopsônio - Oligopsônio - Cartel - Concorrência perfeita e concorrência imperfeita Instrumentos de proteção coletiva - infrações administrativas - concentração empresarial - tutela coletiva - infrações penais Problemas e questões - competência - prova - leniência - prova emprestada. **Observação:** Aprovado desde que se produza um escrito destinado à disseminação entre os colegas das conclusões da oficina a ser realizada. **6.17. Oficina: Processo n. 2008.2.1.7.301. Proponente:** Marcos Antonio da Silva Costa. **Coordenador:** Marcos Antonio da Silva Costa. **Título:** Prevenção de Crimes. **Ementa:** 1. Visão atual da situação da criminalidade violenta no Brasil e no mundo. 2. Conhecimento dos padrões internacionalmente utilizados para prevenção de crimes. 3. Análise de experiências e iniciativas exitosas de prevenção de crimes, nacionais e internacionais. 4. Desafios do Ministério Público Federal para uma atuação efetiva na prevenção de crimes. **Observação:** Aprovado mediante a redução para (8) oito o número de colegas, cujas passagens serão custeadas pela ESMPU, e a produção de escrito para a divulgação dos conhecimentos. **6.18. Simpósio: Processo n. 2008.2.1.5.263. Proponente:** Hildebrando Herrmann. **Coordenador:** Wilson José Figueiredo Alves Junior **Título:** O Código de Mineração e o Código de Águas - procedimentos e aplicações equivocadas na mineração. **Ementa:** - aspectos do Código de Mineração, o Código de Águas e o Código de Águas Minerais. - aplicações do Código de Mineração e o Código de Águas; - procedimentos e aplicações equivocadas da legislação; - discussão dos conflitos entre o Código de Mineração, o Código de Águas e o Código de Águas Minerais - conflitos com a outorga de uso de água subterrânea; Salientar a aplicação da legislação mineral sob a ótica dos órgãos competentes. **6.19. Simpósio: Processo n. 2008.1.1.5.250. Proponente:** Artur de Brito Gueiros Souza. **Coordenador:** Artur de Brito Gueiros Souza. **Título:** A Internacionalização do Direito Penitenciário. **Ementa:** Sistemas penitenciários. Análise comparada: os sistemas penitenciários brasileiro e francês. Os controles jurisdicionais internacionais sobre as prisões. A Corte Interamericana de Direitos do Homem e a proteção dos direitos dos presos. A Corte Européia de Direitos do Homem e a proteção dos direitos dos presos. Outras formas de controle sobre as prisões. A Corte Africana de Direitos do Homem e a proteção dos direitos dos presos. A ONU e o controle das prisões. **Observação:** Redução da carga horária e do número de palestrantes estrangeiros de 4(quatro) sugeridos (Paris) para a metade? Concentrar os eventos com tradução para baratear os custos. **6.20. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.1.2.330. Proponente:** Carlos Henrique Martins Lima. **Título:** Direito Sanitário. **Ementa:** Direito Constitucional à Saúde - Legislação do SUS - Legislação dos Planos de Saúde - Financiamento à Saúde - Direito Comparado - Medicamentos de Alto Custo - Tratamentos Experimentais. **Observação:** Aprovar com a ressalva de que a Escola não paga honorários a Colegas e de que o proponente indique outro

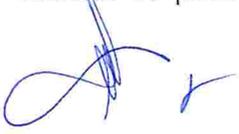
coordenador do curso, uma vez que o Diretor da Escola não concordou com sua designação para a função. **6.21. Simpósio: Processo n. 2008.1.1.5.205. Proponente:** Luiza Cristina Fonseca Frischeisen. **Coordenadora:** Luiza Cristina Fonseca Frischeisen. **Título:** Lei de Lavagem de Ativos - Questões Processuais e Aplicação Prática. **Ementa:** Lei de Lavagem de Ativos - Aspectos processuais - Delação premiada, Competência, Rol de crimes antecedentes, Organização criminosa, Apreensão de bens, Administração e Alienação antecipada, Capacitação de servidores do MPF, Implementação de quebra de sigilo bancário. **6.22. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.1.3.396. Proponente:** Rodrigo Valdez de Oliveira. **Coordenador:** Alexandre Schneider. **Título:** Oratória e perguntas de precisão. **Ementa:** Oratória. Expressão oral. Compreensão. Transmissão de idéias e posicionamentos. Didática. Perguntas de precisão. Objetividade. Maximização de resultados. Técnicas de entrevista. **6.23. Congresso: Processo n. 2008.2.1.6.103. Proponente:** Enelise de Britto Zeferino **Coordenador:** Harold Hoppe. **Título:** Semana do Ministério Público. **Ementa:** Ministério Público e a criminalidade. Ministério Público e a tutela coletiva. **6.24. Congresso: Processo n. 2008.1.1.6.194. Proponente:** Marcus Vinicius Aguiar Macedo. **Coordenador:** Marcus Vinicius Aguiar Macedo. **Título:** Proteção Ambiental e Questões Indígenas. **Ementa:** Proteção Ambiental nas atividades de exploração legislação indígena crimes e infrações administrativas e ambientais. **6.25. Simpósio: Processo n. 2008.1.1.5.207. Proponente:** Marcelo Moscogliato. **Coordenador:** Marcelo Moscogliato. **Título:** Corrupção em Transação Comercial Internacional. **Ementa:** Convenção Internacional de Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais - Decreto n. 3.678/2000. Tipos penais. OCDE. **Observação:** Aprovado com a ressalva de se elaborar registro escrito de utilidade para todos os colegas. **6.26. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.1.3.305. Proponente:** Marcos Antônio da Silva Costa. **Coordenador:** Marcos Antônio da Silva Costa. **Título:** Monitoramento Ambiental da Zona Costeira do Estado de Pernambuco **Ementa:** Definição de erosão costeira e linha de costa. Variações do nível do mar. Compartimentação do ambiente praias. Processos costeiros. Causas da erosão costeira. Metodologias para avaliar a erosão costeira. Soluções para proteção da costa - projeto e execução. **6.27. Simpósio: Processo n. 2008.2.1.5.294. Proponente:** Sandra Maria da Silva. **Coordenadora:** Sandra Maria da Silva. **Título:** Meio Ambiente: Reutilização e Reciclagem de Materiais. **Ementa:** Reutilização e reciclagem. Reaproveitamento de materiais. **6.28. Oficina: Processo n. 2008.2.1.7.154. Proponente:** Maria Emília Corrêa da Costa. **Coordenadora:** Maria Emília Corrêa da Costa. **Título:** Oficina de Debates Criminais da 4ª Região. **Ementa:** Membros MPF ação integrada entre instâncias. extração de consensos. interação dos membros. estratégias de comunicação à distância e presencial. temas prioritários. descaminho e contrabando. dimensão econômico-fiscal. inquérito policial. tramitação direta. sentença criminal. Pré - questionamento. prisão processual. acompanhamento de processos perante o STF e STJ. **6.29. Congresso: Processo n. 2008.1.1.6.314. Proponente:** Paulo Gilberto Cogo Leivas. **Coordenador:** Paulo Gilberto Cogo Leivas. **Título:** Direito à assistência farmacêutica e avaliação de tecnologias de saúde. **Ementa:** Direito à saúde - ética dos recursos escassos - economia da saúde - medicamentos excepcionais - reserva do possível. **6.30. Simpósio: Processo n. 2008.1.1.5.214. Proponente:** Marcelo Moscogliato. **Coordenador:** Marcelo Moscogliato. **Título:** O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. **Ementa:** CRSFN - Criação - Evolução - Base legal - Fragilidades - Precedentes administrativos. CMN. **Observação:** Aprovado a ressalva da produção de texto sobre as conclusões do Simpósio onde se esclareçam a função e a relevância do CRSFN. **6.31. Congresso: Processo n. 2008.2.1.6.389. Proponente:** Juarez Mercante. **Coordenadores:**

Dr. Juarez Mercante e Dra. Juliana Hörlle Pereira. **Título:** Semana do Ministério Público. **Ementa:** Ministério Público. Papel institucional do Ministério Público em seus diversos ramos. Difusão no meio acadêmico e na sociedade de noções gerais e formas de atuação do Ministério Público. Defesa da sociedade. Metas institucionais do Ministério Público, em tema ainda a ser definido, provavelmente "violência". **6.32. Simpósio: Processo: 2008.2.1.5.259. Proponente:** Wilson José Figueiredo Alves Junior. **Coordenador:** Wilson José Figueiredo Alves Júnior. **Título:** Proteção Ambiental: Metamorfoses Jurídicas Institucionais. **Ementa:** Mineração, Sítios Arqueológicos, Cavernas, Recursos hídricos (superficial e subterrâneo), Licenciamento ambiental, Poluição (ar, solo, água), Legislação Mineral, Legislação de Recursos Hídricos, Legislação Florestal. **6.33. Congresso: Processo n. 2008.1.1.6.295. Proponente:** Patrícia Muxfeldt **Coordenadora:** Patrícia Muxfeldt. **Título:** Benefício de Prestação Continuada- Falando a mesma língua. **Ementa:** Congresso Visando à discussão sobre benefício assistencial de prestação continuada. O que deve ser analisado pelo perito do INSS. Fundamentação dos laudos periciais. Benefício assistencial postulado em juízo. Critérios de aferição da incapacidade laboral. As diversas interpretações existentes sobre os requisitos para a concessão do benefício. Significado da expressão "incapacidade para a vida independente", prevista na lei 8.742/93. Formação de grupos de trabalho para discussão e resolução de perguntas. Conclusões. **6.34. Congresso: Processo n. 2008.2.1.6.105. Proponente:** Sandra Akemi Shimada Kishi. **Coordenadora:** Sandra Akemi Shimada Kishi. **Título:** Direito Ambiental: Tratados Internacionais e Princípios Fundamentais. **Ementa:** Tratados internacionais e princípios fundamentais. Responsabilidade internacional intergerações. **6.35. Congresso: Processo n. 2008.1.1.5.375. Proponente:** Alexandre Schneider. **Coordenadora:** Cláudia Vizcaychipi Paim. **Título:** Nova Lei de Drogas - LEI Nº 11.343/06. **Ementa:** Pontos Polêmicos da Nova Lei de Drogas – Lei nº11.343/06. A Nova Lei de Tóxicos e a retroatividade benigna da Lei Penal. Descriminalização da Posse de Drogas para Consumo Pessoal. Política Criminal e a Lei nº 11.343/06. O Novo Conceito de Substância causadora de dependência. Aspectos processuais. Análise da nova normativa à luz do Direito Comparado. **6.36. Congresso: Processo n. 2008.2.1.5.223. Proponente:** Jaqueline Ana Buffon. **Coordenadora:** Jaqueline Ana Buffon. **Título:** Ações afirmativas e Políticas Públicas de Inclusão. **Ementa:** Aprofundamento da discussão quanto às "Ações Afirmativas e Políticas Públicas de Inclusão". Concretização da Cidadania: Políticas Públicas e Estado Democrático de Direito (Igualdade, Diferença, Reconhecimento e Inclusão). Reconhecimento da diversidade sociocultural. Ameaças e Obstáculos à efetivação da cidadania democrática. Direito à saúde como direito à inclusão. A mídia e a promoção da igualdade. A função social dos serviços de comunicação. Necessidade de criação e implementação de políticas públicas buscando o efetivo emprego do direito à igualdade aos grupos vulneráveis. Inserção da Pessoa Portadora de Deficiência. Igualdade formal e material. A cidadania possível no Estado Democrático de Direito Brasileiro: perspectivas e possibilidades. **6.37. Simpósio: Processo n. 2008.2.1.5.287. Proponente:** Sandra Cureau **Coordenador:** Sandra Cureau. **Título:** Termo de Ajustamento de Conduta em Matéria Ambiental. **Ementa:** - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC: • Estrutura e princípios • Natureza jurídica • Legitimidade para celebração do TAC- Atuação conjunta • Objeto- Relação entre a esfera Cível, Penal e Administrativa • Obrigações – Como garantir a compensação dos danos ambientais, Possibilidade de reparação de dano moral • Cominações • Eficácia de título executivo extrajudicial • Forma de celebração do TAC • Fiscalização pelo MP dos TACs tomados perante outros co-legitimados • Controle interno do TAC na esfera do MPF • Publicidade e TAC • Implicações processuais do compromisso de ajustamento de conduta • Compromisso de ajustamento de conduta judicial •

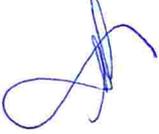

14
fouca

Oficina de negociação. **6.38. Oficina: Processo n. 2008.1.1.7.282. Proponente:** Humberto Jacques de Medeiros **Coordenador:** Humberto Jacques de Medeiros. **Título:** Regulamentação de Ofícios Regionais. **Ementa:** Atuação Judicial Eficiente, Atuação Extrajudicial Eficiente. Critérios de repartição de atribuições. Procurador Regional Natural. Ação Originária em segundo grau. **7. Plano de Atividades. MPF: 7.1. Projetos diligenciados: Processo n. 2008.1.1.7.392. Proponente:** Analucia Hartmann. **Título:** Ordenamento Urbano e Zona costeira - A atuação do MPF. **Motivo:** Esclarecer a diferença do projeto já aprovado. **Processo n. 2008.1.1.1.90. Proponente:** Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida. **7.2. Projetos indeferidos: Processo 2008.2.1.1.160. Proponente:** Cássio Luis Casagrande. **Título:** Pesquisa – Ministério Público e tutela coletiva na mídia. **Motivo:** O projeto é indeferido porque a Escola acaba de realizar licitação destinada à contratação de treinamento de todos os membros do MPU interessados no aprimoramento de relacionamento com a imprensa. Um dos requisitos da licitação impostos a todos os concorrentes consistiu na realização de estudo dos problemas do MPU com os meios de comunicação social. **Processo 2008.1.1.1.249. Proponente:** Luis Wanderley Gazoto. **Título:** Pesquisa: Direito Penal Simbólico e controle social: avaliação de sua legitimidade e efetividade. **8. Plano de Atividades. MPDFT: Os projetos foram aprovados na ordem de prioridade a seguir. 8.1. Pesquisa: Processo n. 2008.1.3.1.358. Proponente:** Alessandra Campos Morato. **Coordenadora:** Alessandra Campos Morato. **Título:** A Intervenção Multidisciplinar e a Rede Local de Proteção à Mulher em Situação de Violência Doméstica: Conquistas e Desafios. **8.2. Pesquisa: Processo n. 2008.1.3.1.173. Proponente:** Luisa de Marillac Xavier dos Passos. **Coordenadora:** Luisa de Marillac Xavier dos Passos. **Título:** A Atuação da Promotoria da Infância e da Juventude do Distrito Federal na Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes Abrigados. **8.3. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.3.2.357. Proponente:** Tânia Maria Nava Marchewka. **Coordenadora:** Tânia Maria Nava Marchewka. **Título:** Direito Penal Econômico e do Ambiente. **Ementa:** Bases constitucionais do ambiente e a diretriz criminalizadora. Direito Penal do Ambiente e da Ordenação do Território: conceitos e distinções. Modelos de proteção penal. Norma penal ambiental. Bem jurídico-penal. Estrutura do tipo de injusto (ambiental e urbanístico). Autoria ativa: responsabilidade da pessoa jurídica e do funcionário público. Atuação em nome de outrem. Lei ambiental (9605/98): questões fundamentais. Tutela penal do ambiente e da ordenação do território na legislação comparada: uma introdução. **8.4. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.3.3.378. Proponente:** Tânia Maria Nava Marchewka. **Coordenadora:** Tânia Maria Nava Marchewka. **Título:** Avaliação Pericial Psiquiátrica. **Ementa:** O exame mental: O que é uma doença mental e quais suas causas; História Clínica e exame mental (psicopatologia); Psicodiagnóstico: a avaliação pericial em Saúde Mental-possibilidades e impossibilidades; Principais doenças mentais e principais métodos de tratamento; A reforma psiquiátrica (no geral e dentro do poder judiciário); Instrumentos jurídicos envolvendo os portadores de transtornos mentais e propostas de mudanças na legislação e práticas no judiciário; Estudo de casos; Apresentação dos casos pela Procuradora e discussão com médicos e psicóloga; Uma entrevista a um paciente cumprindo pena e uma entrevista com os familiares. **8.5. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.3.3.386. Proponente:** Tânia Maria Nava Marchewka. **Coordenadora:** Tânia Maria Nava Marchewka. **Título:** Patrimônio Cultural. **Ementa:** O duplo estatuto do ser humano: cultura e natureza. O meio ambiente e a cultura como integrantes da Ordem Social comprometida com a qualidade de vida. Proteção constitucional do patrimônio cultural. 2. Os princípios gerais do direito ambiental. Os princípios específicos voltados à tutela do patrimônio cultural. 3. AS competências em matéria de proteção ao


15


patrimônio cultural: legislativa e administrativa. 4. Os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural material. Tombamento. Inventário. 5. Os instrumentos Urbano-ambientais. Desapropriação. Plano diretor e zoneamento. Transferência do direito de construir. Direito de preempção. Tutela jurídica da paisagem. 6. O regime da responsabilidade civil pelos danos ao patrimônio cultural. A solidariedade e a responsabilidade civil. 7. A tutela judicial e a supressão da omissão estatal lesiva. 8. A sindacabilidade da avaliação feita pelo Poder Executivo. 9. Direito penal ambiental e a proteção do patrimônio cultural. 10. Acessibilidade. 11. Avaliação econômica dos danos ao Patrimônio cultural.

8.6. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.3.3.387. Proponente: Denio Augusto de Oliveira Moura. **Coordenadora:** Tania Maria Nava Marchewka. **Título:** Perícias Papiloscópicas e Representação Facial Humana. **Ementa:** Perícia Papiloscópica e Laboratório Perícia Necropapiloscópica Representação Facial Humana. **8.7. Simpósio: Processo n. 2008.2.3.5.388. Proponente:** Denio Augusto de Oliveira Moura. **Coordenadora:** Tania Maria Nava Marchewka. **Título:** O Direito Digital e a Atuação do Ministério Público. **Ementa:** A mudança da Sociedade Digital. Princípios Gerais de Direito Digital. Principais Incidentes e Vulnerabilidades. O que é Risco Eletrônico. O que é Identidade Digital. A Territorialidade no Mundo Globalizado e Conectado. O que é Prova Eletrônica. O que é Privacidade. O que é Segurança da Informação. Controles e Monitoramento - Leis de Interceptação. Assinatura e Certificação Digital. O processo Eletrônico e a Virtualização da Justiça. O crime Eletrônico. Como responder com resposta a incidentes. Uso de computação forense e perícia digital. Responsabilidades e Sanções relacionadas a Provedores de Internet, email, conteúdo, comunidades. Consumidor online - Principais questões e incidentes. Discussão de cases e acórdãos. Legislação Nacional e Internacional. Conclusões. **8.8. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.3.3.395. Proponente:** Denio Augusto de Oliveira Moura. **Coordenadora:** Tania Maria Nava Marchewka. **Título:** Prevenção e Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro. **Ementa:** Sistema Nacional de combate à lavagem de dinheiro e de recuperação de ativos. Conceito de lavagem de dinheiro. Recuperação de Ativos como instrumento de combate ao crime. Influência das Diretrizes Internacionais. Unidades de inteligência financeira. Obrigação de reportar movimentações financeiras Proteção legal de dados Aspectos jurídico-penais da lavagem de dinheiro Tipo penal da lavagem de dinheiro Aspectos processuais da lavagem de dinheiro Requisitos da denúncia Delação premiada Medidas assecuratórias Quebra de sigilos legais no Brasil Produção da prova Gestão de casos Introdução à Cooperação Jurídica Internacional Papel das Autoridades Centrais Princípios da cooperação jurídica internacional Tipologia de Corrupção Fraude à Licitação e lavagem de dinheiro Sindicância Patrimonial. **8.9. Simpósio: Processo n. 2008.1.3.5.254. Proponente:** Yara Maciel Camelo e Marisa Isar dos Santos. **Coordenadora:** Maria de Lourdes Abreu. **Título:** Direito Urbanístico: Complexidade e Multidisciplinaridade da Questão Urbana. **Ementa:** 1) Reflexão da Complexidade e da Multidisciplinaridade da Questão Urbana; 2) Análise e Estudo dos Princípios Sócio-Ambientais Constitucionais; 3) Aplicabilidade dos Referidos Princípios nos Casos Concretos; 4) Concretização dos Referidos Princípios e Desenvolvimento Sustentável das Cidades; 5) Criação de Mecanismos de Regulação Interna; 6) Judicialização das Políticas Públicas Urbanísticas. **8.10. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.3.3.272. Proponente:** Paulo Roberto Binichski. **Coordenador:** Paulo Roberto Binichski. **Título:** O Direito no Mundo Digital. **Ementa:** Introdução; Primeiro módulo - A sociedade da informação e a internet. Os serviços prestados pela internet. Os intervenientes da internet. As categorias funcionais dos provedores de internet. O provedor de acesso. A armazenagem temporária. A atividade de hospedagem. A atividade dos provedores



16

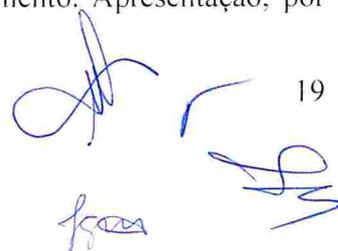


de ferramentas e dos instrumentos de busca. Os hipervínculos. As redes P2P e os links. Os motores de busca. A internet deve e pode ser regulada. A busca de um responsável. Os fatores de imputação de responsabilidade delitual na internet. O Direito no mundo digital. Segundo módulo - O sistema de responsabilidade civil dos provedores de internet nos EUA. Introdução. A responsabilidade civil no Communications Decency Act (CDA). Os casos precedentes ao CDA. Aspectos inconstitucionais do CDA. A isenção de responsabilidade civil dos ISPS pelo CDA. A interpretação jurisprudencial do CDA. Os casos emblemáticos. A responsabilidade dos moderadores de web sites. A responsabilidade do mantenedor de site de discussões: o caso dos blogs e a responsabilidade dos sites de leilões on-line. A responsabilidade no fornecimento de acesso a internet para terceiros. A responsabilidade pela disseminação das pragas virtuais. A responsabilidade civil no Digital Millennium Copyright Act (DMCA). As teorias de responsabilidade civil por violação do Copyright . Os leading case ao DMCA. Aspectos introdutórios à legislação do DMCA. Aspectos gerais do DMCA. As categorias funcionais amparadas pelo safe harbour do DMCA. A atividade de mere conduit – Transitory digital network communications. A atividade de System Caching - § 512 (b). A atividade de hosting A atividade de ferramentas de localização de informações (Information location tools). Deveres adicionais impostos aos ISPs O procedimento de notificação e retirada (notice and take down procedures) .Dos efeitos da notificação. O procedimento de identificação de infrator. Os efeitos práticos do DMCA. As injunctions do DMCA. Estudos de casos. Os casos das redes P2P - Do Napster ao Grokster. O combate à pirataria e a tentativa de identificar usuários. A responsabilidade por links. A responsabilidade dos motores de busca. A responsabilização por negligência no cumprimento das regras do DMCA. A falha na fiscalização dos conteúdos. Síntese geral do CDA e do DMCA. A Responsabilidade Civil dos provedores de internet na Comunidade Européia. Introdução. A experiência da Alemanha. Os casos. A lei de regulamentação da Alemanha. A experiência na França. **Ementa:** Os Casos. A lei de regulamentação francesa. A experiência do Reino Unido. O caso Laurence Godfrey v Demon internet Limited. O caso Totalise PLC -v- Motley Fool LTD. O caso Shetland Times v. Shetland News. A busca de uniformização no Direito Comunitário. Aspectos introdutórios. A busca do equilíbrio dos interesses subjacentes. A regulamentação horizontal da responsabilidade. O princípio da inexistência de uma obrigação geral de vigilância. As regras de responsabilização. Os atos ilícitos cobertos pela Diretiva. As diversas atividades dos provedores. Assuntos não regulamentados na DCE. O Quadro da Alemanha. O Quadro na França. O Quadro no Reino Unido. O Quadro Português. O sistema legal adotado e aspectos críticos. O procedimento de notificação e retirada do sistema português. Síntese comparativa entre o modelo americano e o modelo Comunitário. A responsabilidade civil dos provedores de internet no Brasil. Aspectos introdutórios. Noções gerais da responsabilidade civil no Brasil. O regime de responsabilidade civil objetiva e o CDC. O regime da responsabilidade civil extracontratual no Código Civil. Os deveres exigidos dos provedores de internet. O dever de vigilância preventivo no sistema brasileiro. O efeito das notificações no sistema jurídico brasileiro. O dever de informar os dados dos usuários e o anonimato. Das atividades dos provedores de internet. A atividade de mere conduit. A disponibilização de acesso a prepostos. A atividade de caching . A atividade de hosting A atividade de ferramentas de localização de informações. O caso dos links. O caso dos motores de busca. A responsabilidade por ataques em rede. A responsabilidade dos sites de leilões on-line. Estudo de proposições legislativas .Conclusão. Bibliografia. **8.11. Ingresso: Processo n.2008.2.3.5.167. Proponente:** Ana Luisa Rivera. **Coordenadora:** Ana Luisa Rivera. **Título:** Processo de Aprendizagem. **Ementa:** Temas: Desenvolvimento da criança, Aprendizagem, Processo de aprendizagem,

 17

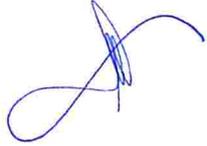
Deficiências e necessidades educacionais especiais. **8.12. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.1.3.3.234. Proponente:** Fabiana de Assis Pinheiro. **Coordenadora:** Fabiana de Assis Pinheiro. **Título:** Capacitação da Rede de Atenção infanto-juvenil do DF acerca do Orçamento Público destinado a Crianças e Adolescentes do DF. **Ementa:** Trata-se de curso de aperfeiçoamento para capacitar a rede de atenção do Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente no monitoramento do orçamento público do Distrito Federal destinado a crianças e adolescentes. Apóia-se na proposta de realizar a apuração do Orçamento Público do Distrito Federal, para o exercício 2008, por meio da metodologia OCA. Com base nessa apuração, trabalhar estratégias e sistemáticas de monitoramento do orçamento público destinado a crianças e adolescente, fomentando o controle social e transformando esse controle numa ferramenta da fiscalização ministerial das políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes. **8.13. Simpósio: Processo n. 2008.2.3.5.298. Proponente:** Rubim Lemos. **Coordenador:** Rubim Lemos. **Título:** Capacitação para Conselhos de Segurança Escolar. **Ementa:** 1) Conselhos de Segurança Escolar: Uma Proposta de Paz. Objetivo da disciplina/tema: Esclarecer a proposta de trabalho na concretização do projeto de criação e acompanhamento de Conselhos de Segurança Escolar e o papel de cada instituição que firmou o Termo de Cooperação na persecução desse propósito. Conteúdo Programático: Origem, desenvolvimento, perspectivas do projeto e o papel de cada instituição. 2) Plano da Atividade Sócio Dramática. Ementa: Socialização, interação dos participantes do evento, proposição de metodologias de trabalho em grupo e inserção de conceitos preliminares. Objetivo da disciplina/tema: Inculcar e estimular o espírito de trabalho em conjunto, fundamental ao bom desempenho das atividades dos Conselhos de Segurança Escolar, de modo a introduzir elementos que viabilizem atividades voltadas à identificação, discussão e proposições de soluções frente aos problemas encontrados. Conteúdo Programático: a participação nos trabalhos em grupo; horizontalização do poder nos trabalhos dos conselhos; identificação e discussão de problemas; tratamento de situações de conflito, dentre outros. 3) Preconceito e Intolerância: Fontes de violência; O Fenômeno Bullying. Ementa: O Preconceito e intolerância são fontes geradoras de inúmeras situações de violência no ambiente escolar, produzindo reflexos variados na escola e na sociedade. Nesse contexto, imperioso se torna o conhecimento dos vários aspectos da manifestação do fenômeno bullying, oriundo, dentre outras, dessa dinâmica verificada no âmbito das escolas. Objetivo das disciplinas /temas: Propor reflexão sobre os temas de modo a obter os esclarecimentos necessários para a identificação dessas fontes de violência e da maneira de tratar tais questões. Conteúdo Programático: Localização social do preconceito e da intolerância; Diferenças hierarquizadas; afirmação do indivíduo universal; ação na comunidade escolar. Conceito e origem da terminologia “Bullying”; abrangência do fenômeno e suas repercussões; identificação da dinâmica bullying e formas atuação anti-bullying. 4) Banalização da violência e da droga na escola. Ementa: É perceptível, face ao aumento vertiginoso das questões de violência, consumo e tráfico de drogas nas escolas, a banalização dessas situações, geradas, principalmente, pela desinformação, impunidade e uma arraigada cultura de violência. Objetivo das disciplinas /temas: Prestar esclarecimentos sobre as diversas situações de violência verificadas no ambiente escolar, bem assim sobre o consumo e o tráfico de entorpecentes, de modo que se proponha um trabalho de conscientização para o enfrentamento dessas questões na perspectiva preventiva e repressiva. Conteúdo Programático: Contextualização da violência; violência no contexto social; busca da humanização; sutileza da violência; cultura da violência; violência na família; a violência e a droga na escola. 5) Conhecendo os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Ementa: O conhecimento dos direitos fundamentais da criança e do

adolescente é ferramenta essencial para o tratamento de questões de violência verificadas nas escolas, haja vista que a maior parte do público alvo dos trabalhos dos Conselhos de Segurança Escolar se encontra abrangida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Objetivo da disciplina/tema: Trazer informações e esclarecimentos acerca dos direitos e garantias da criança e do adolescente de forma a munir os integrantes dos Conselhos de Segurança Escolar de recursos para o enfrentamento de questões de violência e para a busca de soluções. Conteúdo Programático: Artigo 227 da CF; Mudança de paradigma; doutrina da proteção integral; matriz legal do sistema de garantia de direitos da infância e da juventude; “tráfego social” da criança e do adolescente; sistema de garantia de direitos da infância e da juventude; agentes integradores – vanguarda do atendimento; conselho tutelar e escola; a família; prevenção e encaminhamentos. 6) Políticas públicas na efetividade dos direitos e garantias infanto-juvenis; O papel dos Conselhos Tutelares. Ementa: o entendimento sobre as políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos e garantias infanto-juvenis é ponto chave para o entendimento das responsabilidades dos entes públicos, bem assim para o encaminhamento das demandas sociais. Nesse contexto, situam-se os conselhos tutelares, integrantes dessa política de atendimento e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Objetivo da disciplina/tema: Prestar esclarecimentos sobre o papel das políticas públicas e da atuação dos Conselhos Tutelares na efetivação dos direitos e garantias infanto-juvenis, possibilitando que os Conselhos de Segurança Escola possam buscar apoio em programas governamentais e exigir dos órgãos competentes o atendimento e cumprimento da legislação em vigor. 7) Conhecendo o papel dos órgãos de segurança. Ementa: É fundamental ter o exato conhecimento das atribuições e estrutura de cada segmento que compõe o sistema de segurança pública, especialmente do batalhão escolar, que atua diretamente no âmbito das escolas. Objetivo da disciplina/tema: Prestar esclarecimentos sobre as atribuições das diversas instituições que compõe o sistema de segurança pública, de modo que os Conselhos de Segurança Escolar possam ter maior clareza no direcionamento de suas demandas. Conteúdo Programático: Estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública; Novo paradigma da segurança; Atribuições de cada segmento da polícia; Formas de atuação e instrumentos de combate à violência; Atribuições do Batalhão Escolar; formas de atuação; Efetivo; Instrumentos. 8) Resolução de Conflitos Escolares: Fortalecimento da Cidadania. Ementa: As diversas situações de conflito existentes no seio da comunidade escolar possuem, por vezes, repercussões seríssimas, extrapolando a alçada das escolas e batendo nas portas do sistema de justiça. O adequado tratamento dessas questões e o trabalho preventivo devem ser desenvolvidos para a diminuição da violência e o fortalecimento da cidadania. Objetivo da disciplina/tema: Propor a construção de mecanismos de identificação e tratamento de situações de violência, desde as mais brandas, que poderão ser tratadas no âmbito da escola, até as mais graves, em que deverão ser buscadas soluções com os órgãos competentes e instituições habilitadas para a resolução dessas questões. Conteúdo Programático: A cultura de paz: conceito, origem, desenvolvimento e como cultivá-la; Os conflitos escolares: formas de manifestação e técnicas de resolução. 9) Conselhos de Segurança Escolar em Ação. Ementa: Explicação sobre a estrutura e dinâmica de funcionamento dos Conselhos de Segurança Escolar na atuação repressiva e preventiva da violência, apresentado suas formas de operacionalização, produção e encaminhamento de documentos, bem assim técnicas de elaboração de projetos e busca de parcerias. Objetivo da disciplina/tema: Orientar o funcionamento dos Conselhos de Segurança Escolar por meio do detalhamento de sua estrutura, atribuições de seus membros e dos órgãos envolvidos no projeto, formas de atuação, dinâmica de reuniões, produção de documentos e seu encaminhamento. Apresentação, por



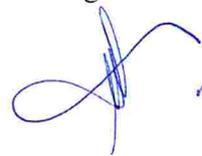
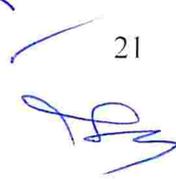
19

meio de atividade simulada, de formas de elaboração de projetos preventivos e encaminhamentos de demandas voltadas à repressão das situações de violência no ambiente escolar. Conteúdo Programático: A estrutura dos Conselhos; a atribuição de cada componente; as reuniões; da documentação; elaboração de projetos; os órgãos envolvidos; e, atividades simuladas. **8.14. Simpósio: Processo n. 2008.2.3.5.356. Proponente:** Rubim Lemos. **Coordenador:** Rubim Lemos. **Título:** Capacitação de conselhos de segurança escolar. **Ementa:** 1) Conselhos de Segurança Escolar: Uma Proposta de Paz. Objetivo da disciplina/tema: Esclarecer a proposta de trabalho na concretização do projeto de criação e acompanhamento de Conselhos de Segurança Escolar e o papel de cada instituição que firmou o Termo de Cooperação na persecução desse propósito. Conteúdo Programático: Origem, desenvolvimento, perspectivas do projeto e o papel de cada instituição. 2) Plano da Atividade Sócio Dramática. Ementa: Socialização, interação dos participantes do evento, proposição de metodologias de trabalho em grupo e inserção de conceitos preliminares. Objetivo da disciplina/tema: Inculcar e estimular o espírito de trabalho em conjunto, fundamental ao bom desempenho das atividades dos Conselhos de Segurança Escolar, de modo a introduzir elementos que viabilizem atividades voltadas à identificação, discussão e proposições de soluções frente aos problemas encontrados. Conteúdo Programático: a participação nos trabalhos em grupo; horizontalização do poder nos trabalhos dos conselhos; identificação e discussão de problemas; tratamento de situações de conflito, dentre outros. 3) Preconceito e Intolerância: Fontes de violência; O Fenômeno Bullying. Ementa: O Preconceito e intolerância são fontes geradoras de inúmeras situações de violência no ambiente escolar, produzindo reflexos variados na escola e na sociedade. Nesse contexto, imperioso se torna o conhecimento dos vários aspectos da manifestação do fenômeno bullying, oriundo, dentre outras, dessa dinâmica verificada no âmbito das escolas. Objetivo das disciplinas /temas: Propor reflexão sobre os temas de modo a obter os esclarecimentos necessários para a identificação dessas fontes de violência e da maneira de tratar tais questões. Conteúdo Programático: Localização social do preconceito e da intolerância; Diferenças hierarquizadas; afirmação do indivíduo universal; ação na comunidade escolar. Conceito e origem da terminologia “Bullying”; abrangência do fenômeno e suas repercussões; identificação da dinâmica bullying e formas atuação anti-bullying. 4) Banalização da violência e da droga na escola. Ementa: É perceptível, face ao aumento vertiginoso das questões de violência, consumo e tráfico de drogas nas escolas, a banalização dessas situações, geradas, principalmente, pela desinformação, impunidade e uma arraigada cultura de violência. Objetivo das disciplinas /temas: Prestar esclarecimentos sobre as diversas situações de violência verificadas no ambiente escolar, bem assim sobre o consumo e o tráfico de entorpecentes, de modo que se proponha um trabalho de conscientização para o enfrentamento dessas questões na perspectiva preventiva e repressiva. Conteúdo Programático: Contextualização da violência; violência no contexto social; busca da humanização; sutileza da violência; cultura da violência; violência na família; a violência e a droga na escola. 5) Conhecendo os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Ementa: O conhecimento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente é ferramenta essencial para o tratamento de questões de violência verificadas nas escolas, haja vista que a maior parte do público alvo dos trabalhos dos Conselhos de Segurança Escolar se encontra abrangida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Objetivo da disciplina/tema: Trazer informações e esclarecimentos acerca dos direitos e garantias da criança e do adolescente de forma a munir os integrantes dos Conselhos de Segurança Escolar de recursos para o enfrentamento de questões de violência e para a busca de soluções. Conteúdo Programático: Artigo 227 da CF; Mudança de paradigma; doutrina da proteção

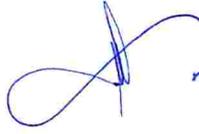


20

integral; matriz legal do sistema de garantia de direitos da infância e da juventude; “tráfego social” da criança e do adolescente; sistema de garantia de direitos da infância e da juventude; agentes integradores – vanguarda do atendimento; conselho tutelar e escola; a família; prevenção e encaminhamentos. 6) Políticas públicas na efetividade dos direitos e garantias infanto-juvenis; O papel dos Conselhos Tutelares. Ementa: o entendimento sobre as políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos e garantias infanto-juvenis é ponto chave para o entendimento das responsabilidades dos entes públicos, bem assim para o encaminhamento das demandas sociais. Nesse contexto, situam-se os conselhos tutelares, integrantes dessa política de atendimento e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Objetivo da disciplina/tema: Prestar esclarecimentos sobre o papel das políticas públicas e da atuação dos Conselhos Tutelares na efetivação dos direitos e garantias infanto-juvenis, possibilitando que os Conselhos de Segurança Escola possam buscar apoio em programas governamentais e exigir dos órgãos competentes o atendimento e cumprimento da legislação em vigor. 7) Conhecendo o papel dos órgãos de segurança. Ementa: É fundamental ter o exato conhecimento das atribuições e estrutura de cada segmento que compõe o sistema de segurança pública, especialmente do batalhão escolar, que atua diretamente no âmbito das escolas. Objetivo da disciplina/tema: Prestar esclarecimentos sobre as atribuições das diversas instituições que compõe o sistema de segurança pública, de modo que os Conselhos de Segurança Escolar possam ter maior clareza no direcionamento de suas demandas. Conteúdo Programático: Estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública; Novo paradigma da segurança; Atribuições de cada segmento da polícia; Formas de atuação e instrumentos de combate à violência; Atribuições do Batalhão Escolar; formas de atuação; Efetivo; Instrumentos. 8) Resolução de Conflitos Escolares: Fortalecimento da Cidadania. Ementa: As diversas situações de conflito existentes no seio da comunidade escolar possuem, por vezes, repercussões seríssimas, extrapolando a alçada das escolas e batendo nas portas do sistema de justiça. O adequado tratamento dessas questões e o trabalho preventivo devem ser desenvolvidos para a diminuição da violência e o fortalecimento da cidadania. Objetivo da disciplina/tema: Propor a construção de mecanismos de identificação e tratamento de situações de violência, desde as mais brandas, que poderão ser tratadas no âmbito da escola, até as mais graves, em que deverão ser buscadas soluções com os órgãos competentes e instituições habilitadas para a resolução dessas questões. Conteúdo Programático: A cultura de paz: conceito, origem, desenvolvimento e como cultivá-la; Os conflitos escolares: formas de manifestação e técnicas de resolução. 9) Conselhos de Segurança Escolar em Ação. Ementa: Explicação sobre a estrutura e dinâmica de funcionamento dos Conselhos de Segurança Escolar na atuação repressiva e preventiva da violência, apresentado suas formas de operacionalização, produção e encaminhamento de documentos, bem assim técnicas de elaboração de projetos e busca de parcerias. Objetivo da disciplina/tema: Orientar o funcionamento dos Conselhos de Segurança Escolar por meio do detalhamento de sua estrutura, atribuições de seus membros e dos órgãos envolvidos no projeto, formas de atuação, dinâmica de reuniões, produção de documentos e seu encaminhamento. Apresentação, por meio de atividade simulada, de formas de elaboração de projetos preventivos e encaminhamentos de demandas voltadas à repressão das situações de violência no ambiente escolar. Conteúdo Programático: A estrutura dos Conselhos; a atribuição de cada componente; as reuniões; da documentação; elaboração de projetos; os órgãos envolvidos; e, atividades simuladas. **8.15. Simpósio: Processo n. 2008.2.3.5.262. Proponente:** Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja. **Coordenadora:** Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja. **Título:** A escola e o adolescente em conflito com a lei. **Ementa:** 1) A imagem do adolescente

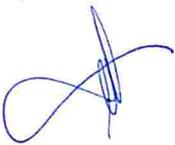




em conflito com a lei. Ementa: Construção social das categorias Criança, Adolescente e o Menor. História das políticas de atendimento infanto-juvenil no Brasil. Justiça, polícia e juventude. Objetivo da disciplina/tema: Conhecer aspectos históricos e legais no atendimento à infância e à juventude no cenário brasileiro, discutindo seus reflexos na transição da condição de “objeto de direito” a “sujeito de direitos”, proposta pelo ECA a crianças e adolescentes. Conteúdo Programático: Construção social da infância e da juventude; uma história brasileira de atendimento a criança e ao adolescente. O adolescente e o ato infracional: proteger ou punir. 2) Socialização do Adolescente: Uma perspectiva sociológica. Ementa: É de fundamental importância a compreensão da dinâmica de inserção social dos adolescentes e da dinâmica envolvida nesse processo. Objetivo da disciplina/tema: Terá por escopo tratar do processo pelo qual o indivíduo se insere no contexto social de forma a propiciar uma visão mais acertada dessa dinâmica que possibilite uma melhor compreensão para atuação nas mais diversas situações que se apresentam. Conteúdo Programático: Socialização como processo; ponto de inserção e forças sociais específicas; o conceito de controle social; mecanismos de persuasão; socialização e estratificação social; o conceito de classe; a importância do ambiente de classe para a formação da personalidade; sistema racial como estratificação social; conceito de instituição e seu papel social; o caráter da identidade e o significado do preconceito; “ritos de passagem” nos contextos de mudança drástica da identidade do indivíduo; socialização enquanto processo recíproco; dentre outros. 3) A família na construção da Identidade do adolescente. Ementa: Ressignificar os papéis família e escola, na esfera de princípios e práticas, como modelo relevante de educação e de grande influência na construção da identidade e da cidadania do adolescente. Objetivo das disciplinas /temas: Estimular a construção de um novo paradigma de educação com a parceria família-escola. Conteúdo Programático: Adolescência e Adolecer; Adolescentes, suas famílias, os professores e a escola; família e universo valórico; escola e sua importância na construção da cidadania – eixo das relações. 4) Relações Interpessoais: Reconhecimento da Dignidade do Adolescente. Ementa: Análise da perspectiva interrelacional e comportamental do adolescente em sua inserção social e no seu reconhecimento enquanto integrantes do corpo social. Objetivo das disciplinas /temas: Construção de conhecimento sobre a inserção social e psicológica do adolescente, de forma a proporcionar um melhor relacionamento entre as diversas faixas etárias. Conteúdo Programático: O homem enquanto ser social; experiências; nível de relação intrapessoal, interpessoal e com o universo; auto-conhecimento; o autoritarismo e as relações de poder; dentre outros. 5) Abusos contra crianças e adolescentes. Ementa: Tratar das várias formas de abusos cometidos contra crianças e adolescentes é trazer à discussão formas de violência que se encontram disseminadas no seio da sociedade e que precisam ser enfrentadas. Objetivo da disciplina/tema: orientar profissionais para atuar com segurança e rapidez em situações de risco que envolvam crianças e adolescentes, permitindo-lhes, agir na esfera de sua competência e exigir a atuação dos órgãos competentes, públicos e privados. Conteúdo Programático: formas de abuso; competências e responsabilidades; negligência; intervenção e encaminhamentos; dentre outros. 6) Rede de apoio à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Ementa: A Rede de Apoio à Pessoa em Condição Peculiar de Desenvolvimento é composta por instituições públicas e privadas encarregadas de promover a proteção integral às crianças e aos adolescentes do Distrito Federal. É necessário que os integrantes dessa rede conheçam as atribuições dos demais parceiros para efetiva concretização dos direitos infanto-juvenis. Objetivo da disciplina/tema: Identificar os integrantes da rede de apoio à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e destacar a importância da atuação em rede na defesa dos direitos infanto-juvenis. Conteúdo


22



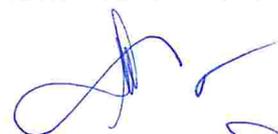
Programático: Definição de rede, identificação dos integrantes da rede de apoio à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, desafios na atuação em rede, apresentação de experiências de outros estados. 7) O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Proteção Integral. Ementa: Trazer ao público do curso esclarecimentos sobre o conteúdo e extensão dos direitos e garantias inseridos no ECA, bem assim sobre a doutrina da proteção integral que abarca as pessoas em condição de desenvolvimento. Objetivo da disciplina/tema: Prestar esclarecimentos sobre as atribuições das diversas instituições que compõe o sistema de segurança pública, de modo que os Conselhos de Segurança Escolar possam ter maior clareza no direcionamento de suas demandas. Conteúdo Programático: Artigo 227 da CF; Mudança de paradigma; doutrina da proteção integral; matriz legal do sistema de garantia de direitos da infância e da juventude; “tráfego social” da criança e do adolescente; sistema de garantia de direitos da infância e da juventude; agentes integradores – vanguarda do atendimento; conselho tutelar e escola; a família; prevenção e encaminhamentos. 8) Ato infracional, medidas sócio-educativas, medidas protetivas e sistema de justiça. Ementa: Trazer uma orientação sobre o sistema de justiça e das medidas aplicáveis aos adolescentes que se encontram em situação de risco e em conflito com a lei. Objetivo da disciplina/tema: Munir os participantes de conhecimentos sobre a política adotada na legislação sobre o tratamento dispensado aos adolescentes. Conteúdo Programático: o interesse utilitário pela criança; a transição à modernidade e o tratamento à criança e ao adolescente; o nascimento do direito da infância e da juventude; o direito internacional público e a preocupação com a infância e a juventude; declarações de direitos específicas; a convenção sobre os direitos da criança; modelos de justiça juvenil; modelo educativo (ou do bem estar); ,meio de responsabilidade (ou da proteção integral; regras e diretrizes da ONU. 9) Direito à Educação: Política Social Básica e Fundamento da Cidadania. Ementa: o entendimento sobre as políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos e garantias infanto-juvenis é ponto chave para o entendimento das responsabilidades dos entes públicos, bem assim para o encaminhamento das demandas sociais. Nesse contexto, situam-se os conselhos tutelares, integrantes dessa política de atendimento e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Objetivo da disciplina/tema: Prestar esclarecimentos sobre o papel das políticas públicas e da atuação dos Conselhos Tutelares na efetivação dos direitos e garantias infanto-juvenis, possibilitando que os Conselhos de Segurança Escola possam buscar apoio em programas governamentais e exigir dos órgãos competentes o atendimento e cumprimento da legislação em vigor. Conteúdo Programático: Estatuto da criança e do adolescente; direitos fundamentais; Políticas públicas: supletivas e básicas; Sistema de garantias de direitos. 10) O papel da Escola na sócio-educação do adolescente em conflito com a lei. Ementa: A Escola é instrumento de transformação psíquica e social, na medida em que funciona como núcleo de formação pelo qual passa grande parte dos cidadãos, sendo imprescindível a compreensão do seu papel na sócio-educação dos adolescentes que se encontram em conflito com a lei. Objetivo da disciplina/tema: Trazer à discussão a importância da escola e das práticas pedagógicas na formação psíquica do adolescente e do corpo social como um todo, conformando instrumento eficiente para a reinserção sócio-educativa dos adolescentes que se encontram em situação de risco ou em confronto com o sistema de justiça. Conteúdo Programático: A função social da escola; O papel do educador; O acompanhamento psicossocial; Os recursos e as competências do adolescente, da família e da escola; o resgate das competências e a resiliência do adolescente em conflito com a lei; a rede social de atendimento do adolescente. **8.16. Simpósio: Processo n. 2008.2.3.5.355 Proponente:** Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja. **Coordenadora:** Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja. **Título:** A Escola e o




23

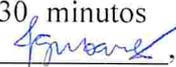
adolescente em conflito com a lei. **Ementa:** 1) A imagem do adolescente em conflito com a lei. Ementa: Construção social das categorias Criança, Adolescente e o Menor. História das políticas de atendimento infanto-juvenil no Brasil. Justiça, polícia e juventude. Objetivo da disciplina/tema: Conhecer aspectos históricos e legais no atendimento à infância e à juventude no cenário brasileiro, discutindo seus reflexos na transição da condição de “objeto de direito” a “sujeito de direitos”, proposta pelo ECA a crianças e adolescentes. Conteúdo Programático: Construção social da infância e da juventude; uma história brasileira de atendimento a criança e ao adolescente. O adolescente e o ato infracional: proteger ou punir. 2) Socialização do Adolescente: Uma perspectiva sociológica. Ementa: É de fundamental importância a compreensão da dinâmica de inserção social dos adolescentes e da dinâmica envolvida nesse processo. Objetivo da disciplina/tema: Terá por escopo tratar do processo pelo qual o indivíduo se insere no contexto social de forma a propiciar uma visão mais acertada dessa dinâmica que possibilite uma melhor compreensão para atuação nas mais diversas situações que se apresentam. Conteúdo Programático: Socialização como processo; ponto de inserção e forças sociais específicas; o conceito de controle social; mecanismos de persuasão; socialização e estratificação social; o conceito de classe; a importância do ambiente de classe para a formação da personalidade; sistema racial como estratificação social; conceito de instituição e seu papel social; o caráter da identidade e o significado do preconceito; “ritos de passagem” nos contextos de mudança drástica da identidade do indivíduo; socialização enquanto processo recíproco; dentre outros. 3) A família na construção da Identidade do adolescente. Ementa: Resignificar os papéis família e escola, na esfera de princípios e práticas, como modelo relevante de educação e de grande influência na construção da identidade e da cidadania do adolescente. Objetivo das disciplinas /temas: Estimular a construção de um novo paradigma de educação com a parceria família-escola. Conteúdo Programático: Adolescência e Adolescer; Adolescentes, suas famílias, os professores e a escola; família e universo valórico; escola e sua importância na construção da cidadania – eixo das relações. 4) Relações Interpessoais: Reconhecimento da Dignidade do Adolescente. Ementa: Análise da perspectiva interrelacional e comportamental do adolescente em sua inserção social e no seu reconhecimento enquanto integrantes do corpo social. Objetivo das disciplinas /temas: Construção de conhecimento sobre a inserção social e psicológica do adolescente, de forma a proporcionar um melhor relacionamento entre as diversas faixas etárias. Conteúdo Programático: O homem enquanto ser social; experiências; nível de relação intrapessoal, interpessoal e com o universo; auto-conhecimento; o autoritarismo e as relações de poder; dentre outros. 5) Abusos contra crianças e adolescentes. Ementa: Tratar das várias formas de abusos cometidos contra crianças e adolescentes é trazer à discussão formas de violência que se encontram disseminadas no seio da sociedade e que precisam ser enfrentadas. Objetivo da disciplina/tema: orientar profissionais para atuar com segurança e rapidez em situações de risco que envolvam crianças e adolescentes, permitindo-lhes, agir na esfera de sua competência e exigir a atuação dos órgãos competentes, públicos e privados. Conteúdo Programático: formas de abuso; competências e responsabilidades; negligência; intervenção e encaminhamentos; dentre outros. 6) Rede de apoio à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Ementa: A Rede de Apoio à Pessoa em Condição Peculiar de Desenvolvimento é composta por instituições públicas e privadas encarregadas de promover a proteção integral às crianças e aos adolescentes do Distrito Federal. É necessário que os integrantes dessa rede conheçam as atribuições dos demais parceiros para efetiva concretização dos direitos infanto-juvenis. Objetivo da disciplina/tema: Identificar os integrantes da rede de apoio à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e destacar a

importância da atuação em rede na defesa dos direitos infanto-juvenis. Conteúdo Programático: Definição de rede, identificação dos integrantes da rede de apoio à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, desafios na atuação em rede, apresentação de experiências de outros estados. 7) O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Proteção Integral. Ementa: Trazer ao público do curso esclarecimentos sobre o conteúdo e extensão dos direitos e garantias inseridos no ECA, bem assim sobre a doutrina da proteção integral que abarca as pessoas em condição de desenvolvimento. Objetivo da disciplina/tema: Prestar esclarecimentos sobre as atribuições das diversas instituições que compõe o sistema de segurança pública, de modo que os Conselhos de Segurança Escolar possam ter maior clareza no direcionamento de suas demandas. Conteúdo Programático: Artigo 227 da CF; Mudança de paradigma; doutrina da proteção integral; matriz legal do sistema de garantia de direitos da infância e da juventude; “tráfego social” da criança e do adolescente; sistema de garantia de direitos da infância e da juventude; agentes integradores – vanguarda do atendimento; conselho tutelar e escola; a família; prevenção e encaminhamentos. 8) Ato infracional, medidas sócio-educativas, medidas protetivas e sistema de justiça. Ementa: Trazer uma orientação sobre o sistema de justiça e das medidas aplicáveis aos adolescentes que se encontram em situação de risco e em conflito com a lei. Objetivo da disciplina/tema: Munir os participantes de conhecimentos sobre a política adotada na legislação sobre o tratamento dispensado aos adolescentes. Conteúdo Programático: o interesse utilitário pela criança; a transição à modernidade e o tratamento à criança e ao adolescente; o nascimento do direito da infância e da juventude; o direito internacional público e a preocupação com a infância e a juventude; declarações de direitos específicas; a convenção sobre os direitos da criança; modelos de justiça juvenil; modelo educativo (ou do bem estar); meio de responsabilidade (ou da proteção integral; regras e diretrizes da ONU. 9) Direito à Educação: Política Social Básica e Fundamento da Cidadania. Ementa: o entendimento sobre as políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos e garantias infanto-juvenis é ponto chave para o entendimento das responsabilidades dos entes públicos, bem assim para o encaminhamento das demandas sociais. Nesse contexto, situam-se os conselhos tutelares, integrantes dessa política de atendimento e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Objetivo da disciplina/tema: Prestar esclarecimentos sobre o papel das políticas públicas e da atuação dos Conselhos Tutelares na efetivação dos direitos e garantias infanto-juvenis, possibilitando que os Conselhos de Segurança Escola possam buscar apoio em programas governamentais e exigir dos órgãos competentes o atendimento e cumprimento da legislação em vigor. Conteúdo Programático: Estatuto da criança e do adolescente; direitos fundamentais; Políticas públicas: supletivas e básicas; Sistema de garantias de direitos. 10) O papel da Escola na sócio-educação do adolescente em conflito com a lei. Ementa: A Escola é instrumento de transformação psíquica e social, na medida em que funciona como núcleo de formação pelo qual passa grande parte dos cidadãos, sendo imprescindível a compreensão do seu papel na sócio-educação dos adolescentes que se encontram em conflito com a lei. Objetivo da disciplina/tema: Trazer à discussão a importância da escola e das práticas pedagógicas na formação psíquica do adolescente e do corpo social como um todo, conformando instrumento eficiente para a reinserção sócio-educativa dos adolescentes que se encontram em situação de risco ou em confronto com o sistema de justiça. Conteúdo Programático: A função social da escola; O papel do educador; O acompanhamento psicossocial; Os recursos e as competências do adolescente, da família e da escola; o resgate das competências e a resiliência do adolescente em conflito com a lei; a rede social de atendimento do adolescente. **8.17. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.3.3.176. Proponente: Tânia Maria Nava**



25



Marchewka. **Coordenadora:** Tania Maria Nava Marchewka. **Título:** Psicologia Jurídica e o Direito Penal. **Ementa:** Aspectos Biológicos da Conduta Humana Criminosa. Introdução ao estudo da Psicologia. Noções de Psicopatologia. O Dano Psicológico. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Os transtornos de Personalidade. O portador de desenvolvimento mental retardado. O dependente químico perante a legislação brasileira. A Psicologia Jurídica e o Direito da Criança e do Adolescente. A Psicologia Jurídica e o Direito de Família. **8.18. Simpósio: Processo n. 2008.1.3.5.239. Proponente:** Thiago André Pierobom de Ávila **Coordenador:** Thiago André Pierobom de Ávila. **Título:** Sociedade Civil e a Fiscalização da Violência Policial. **Ementa:** 1) violência policial: aspectos sociológicos 2) reforma das estruturas policiais e mecanismos de controle e prestação de contas (accountability) 3) sociedade civil e fiscalização da violência policial 4) relevância da existência de um órgão externo à polícia para efetiva fiscalização de suas atividades 5) necessidade de estruturação de escritórios ministeriais especializados na fiscalização da atividade policial 6) compartilhamento das experiências positivas dos diversos ramos do MPU e de outros Estados 7) abrangência da atuação do controle externo sobre infrações disciplinares e criminais 8) investigação direta pelo Ministério Público de abusos policiais 9) cooperação entre o Ministério Público e as respectivas Corregedorias de Polícia 10) técnicas para prevenção de tortura, mortes sob custódia, abuso de força letal, controle violento de manifestações públicas, intimidação, vingança e abusos de autoridade. **8.19. Curso de Aperfeiçoamento: Processo n. 2008.2.3.3.359. Proponente:** Leslie Marques de Carvalho. **Coordenadora:** Leslie Marques de Carvalho. **Título:** O Trabalho com as redes sociais. **Ementa:** Aprofundamento da linha teórica sobre a rede social; a individualização do espaço e dos dinamismos de rede em ação; aquisição de competência na exploração das redes sociais; aquisição da capacidade operativa que possa conjugar estratégia de mobilização da solidariedade primária com outra estratégia de rede orientada à conexão da organização ou ao governo da rede formal. Aprovado com a ressalva de que não haja pagamento para docentes. **8.20. Pesquisa: Processo n. 2008.1.3.1.260. Proponente:** Fabiana de Assis Pinheiro. **Coordenadora:** Fabiana de Assis Pinheiro. **Título:** Conciliação e conflito no sistema penal: da operacionalidade do sistema penal à demanda pela intervenção penal. **Próxima Reunião do Conselho Administrativo: dia 3 de março de 2008, às 14 horas.** Nada mais havendo a ser deliberado, foi encerrada a reunião, às 16 horas e 30 minutos da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por esta Secretária, , os Membros do Conselho, Eugênio José Guilherme de Aragão, Odím Brandão Ferreira, Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Maria de Lourdes Abreu e Adriana Lorandi.

